

**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG)**  
**CAMPUS OURO BRANCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNO-**  
**LÓGICA**

**CRISTIANA JORGE**

**PERCURSOS FORMATIVOS DE ESTUDANTES NEGROS/AS: conquistas e desa-**  
**fios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação**  
**profissional e tecnológica**

Ouro Branco  
Novembro de 2025

**CRISTIANA JORGE**

**PERCURSOS FORMATIVOS DE ESTUDANTES NEGROS/AS: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Ouro Branco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Heleniara Amorim Moura

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto: Organização do currículo integrado na EPT

Ouro Branco

Novembro de 2025

J82p Jorge, Cristiana.

Percursos formativos de estudantes negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. / Cristiana Jorge – 2026.

106 f.il.col.

Orientadora: Heleniara Amorim Moura.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2026.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ações afirmativas. 3. Assistência estudantil. 4. Percursos formativos. 5. Lutas e resistência I. Moura, Heleniara Amorim. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. III. Título.

CDU: 342.7



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
Campus Ouro Branco  
Diretoria de Ensino  
Coordenação Curso Mestrado PROFEPT do Campus Ouro Branco  
Avenida Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Minas Talco - CEP 36494-018 - Ouro Branco - MG  
- www.ifmg.edu.br

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IFMG**

Realizou-se, no dia 25 (vinte e cinco) de novembro de 2025, com início às 17h30 (dezesete horas e trinta minutos), por videoconferência e transmissão pelo canal pelo canal do YouTube do ProfEPT/IFMG, a **defesa de dissertação** da Mestranda **CRISTIANA JORGE** n o **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT - IFMG), como requisito para a obtenção do título de mestra. A dissertação apresentada para apreciação pela Banca Examinadora intitula-se "**PERCURSOS FORMATIVOS DE ESTUDANTES NEGROS/AS: CONQUISTAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**". A **dissertação** foi considerada APROVADA.

O **produto educacional**, Almanaque: "ENEGRECENDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA" foi VALIDADO pela Banca Examinadora e considerado APROVADO.

A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heleniara Amorim Moura (IFMG - Orientadora)

Prof. Dr. Johnisson Xavier Silva (IFNMG)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Solange Rodrigues (IFMG)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marie Luce Tavares (IFMG)

Prof. Dr. Pablo Menezes e Oliveira (IFMG)

Prof. Dr. Pedro Xavier da Penha (Suplente - IFMG)

Certifico que a defesa realizou-se com a participação por videoconferência de todos os membros e que, depois das arguições e deliberações realizadas, cada participante da banca afirmou estar de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora, redigido nesta ata.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e assinada pela orientadora, será encaminhada à Coordenação do ProfEPT - IFMG para registro acadêmico na documentação do mestrando.

Ouro Branco, 25 de novembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Heleniara Amorim Moura, Professora**, em 25/11/2025, às 21:19, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2512790** e o código CRC **52614DA7**.

23712.001596/2024-10	2512790v1
----------------------	-----------

Dedico este trabalho a negras e negros que lutaram e lutam por uma sociedade humanamente emancipada, livre de qualquer violência, opressão, discriminação e preconceito.

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão é um sentimento que carrego há muito tempo. Ao longo da minha vida pude contar com pessoas importantes para o meu percurso formativo, que me incentivaram, apoiaram e sem as quais não estaria aqui. As oportunidades que tive para minha formação acadêmica, algo que nem todos conseguem, são fruto do acolhimento, da generosidade e da partilha humana.

O apoio que tive na minha trajetória me fortaleceu para superar os obstáculos impostos. Por isso, agradeço a cada pessoa que caminhou comigo. Fica difícil nomear todos, pois felizmente são muitos! Familiares, amigos, companheiro, colegas, pessoas, todos se envolveram nessa jornada que escolhi e só tenho a agradecê-los por isso.

Ao ProfEPT, que proporcionou novos olhares para mim e para o mundo. A passagem pela Educação Profissional e Tecnológica foi muito especial: as aulas, os debates, os companheiros de turma, os professores, tudo fez parte da construção do conhecimento que adquiri e que tem me transformado. E desejo usar esse conhecimento para contribuir com uma sociedade melhor - seja no meu local de trabalho ou na minha vida pessoal.

Helê, obrigada por ter escolhido o meu projeto de pesquisa. Por dedicar horas de conversas e reflexões sobre os questionamentos e assuntos que eu apresentava durante a orientação (vou sentir falta disso rs). Agradeço também pelo apoio que me deu nos diversos momentos difíceis que tive, pela paciência e pela generosidade de se dispor a me ouvir. Você me ajudou a concluir este mestrado!

Aos professores da banca, que muito contribuíram com as discussões do meu estudo: as sugestões de alteração, os autores indicados, os elogios, e o olhar atento para minha pesquisa. Eu aprendi muito e fiquei muito feliz por conhecer os/as autores/as negros/as que me indicaram. São excepcionais.

À Chris, colega de trabalho e amiga, responsável direta por eu ter conseguido ingressar no ProfEPT. Lutamos juntas por respeito no local de trabalho, pela valorização da formação continuada dos/as Técnicos/as Administrativos em Educação (Taes), pelo direito de todo servidor público ser tratado com isonomia, sem distinção

e privilégios. Relatamos em diversos espaços nossas condições desiguais de trabalho e de acesso à qualificação. Tornamos públicas as desigualdades das quais muitos de nós, Taes, vivenciamos cotidianamente. Acredito que nossa luta e os nossos posicionamentos não foram em vão. Só tenho a agradecer.

Concluo este mestrado com uma nova versão de mim.

Negro é a raiz da liberdade  
Negro é a raiz da liberdade  
Sorriso negro  
Um abraço negro  
Traz felicidade  
Negro sem emprego  
Fica sem sossego  
E negro é a raiz da liberdade  
Um sorriso negro  
Um sorriso negro  
Um abraço negro  
Traz felicidade  
Negro sem emprego  
Fica sem sossego  
E negro é a raiz da liberdade  
Negro é uma cor de respeito  
Negro é inspiração  
Negro é silêncio, é luto  
Negro é a solidão  
Negro que já foi escravo  
Negro é a voz da verdade  
Negro é destino, é amor  
Negro também é saudade

(Canção Sorriso Negro, 1981  
Intérprete: Dona Ivone Lara

Autoria: Jorge Portela, Adilson de Barro e Jair de Carvalho)

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo debater um pouco dos percursos formativos de estudantes negras e negros a partir das conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional, científica e tecnológica. As políticas escolhidas para esta investigação estão no contexto de desigualdades raciais presentes na realidade brasileira, fruto do racismo estrutural, o qual expropria direitos sociais essenciais à população brasileira que carrega no corpo a marca da sua diferença. A pesquisa tem natureza aplicada e abordagem qualitativa. A primeira etapa da metodologia constituiu-se a partir de uma revisão de literatura de autores diversos para fundamentar a discussão teórica sobre temas como racismo, identidade racial, negritude, educação profissional, científica e tecnológica, políticas de educação, ação afirmativa e assistência estudantil. Para tanto, pautou-se em obras de diferentes intelectuais, entre eles, Florestan Fernandes, Silvio Almeida, Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Nilma Lino Gomes, Dante Moura e Marise Ramos. A segunda etapa da pesquisa foi composta por aplicação de questionários socioeconômico e de realização de entrevistas individuais com estudantes negros e negras do ensino médio integrado ingressantes por ação afirmativa racial. A análise visa, sobretudo, contextualizar a presença desses estudantes na EPT e discutir os seus percursos formativos, assim como o racismo estrutural e a formação para o mundo do trabalho. Como resultado, aponta-se um breve histórico de conquistas e desafios da inclusão, permanência e formação integral de estudantes negros/as para o mundo do trabalho na EPT, buscando possibilidades de aprimoramento dessas políticas a partir do fortalecimento da assistência estudantil e de sua articulação com os Núcleos de Pesquisas e Extensão Afro-Brasileiros, Quilombolas, Indígenas e afins, assim como o estabelecimento de uma política de comunicação institucional com a comunidade externa.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Ações Afirmativas; Assistência Estudantil; Percursos Formativos; Lutas e Resistência.

## ABSTRACT

The present study aims to discuss a little of the formative paths of black students from the achievements and challenges of affirmative action policies and student assistance in professional, scientific and technological education. The policies chosen for this investigation are in the context of racial inequalities present in the Brazilian reality, as a result of structural racism, which expropriates essential social rights to the Brazilian population that carries the mark of its difference on its body. The research has an applied nature and a qualitative approach. The first stage of the methodology consisted of a literature review by different authors to support the theoretical discussion on topics such as racism, racial identity, blackness, professional, scientific and technological education, education policies, affirmative action and student assistance. To this end, it was based on the works of different intellectuals, among them, Florestan Fernandes, Silvio Almeida, Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Nilma Lino Gomes, Dante Moura and Marise Ramos. The second stage of the research consisted of the application of socioeconomic questionnaires and individual interviews with black students of integrated high school entering through racial affirmative action. The analysis aims, above all, to contextualize the presence of these students in EFA and to discuss their training paths, as well as structural racism and training for the world of work. As a result, a brief history of achievements and challenges of inclusion, permanence and integral training of black students for the world of work in EFA is pointed out, seeking possibilities for improving these policies from the strengthening of student assistance and its articulation with the Afro-Brazilian, Quilombola, Indigenous and related Research and Extension Centers, as well as the establishment of an institutional communication policy with the external community.

**Keywords:** Professional and Technological Education; Affirmative Actions; Student Assistance; Training Pathways; Struggles and Resistance.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>BRASIL, UM PAÍS DE TODOS?</b> .....	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Ações Afirmativas na educação: uma luta histórica por justiça social</b> .....	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>Identidades e Negritudes: quem somos?</b> .....	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>ENEGRECENDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A FORMAÇÃO INTEGRADA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b> .....	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>Percursos Formativos no contexto da formação integrada</b> .....	<b>39</b>
<b>3.2</b>	<b>Assistência Estudantil e a permanência na Educação Profissional e Tecnológica</b> .....	<b>42</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS</b> .....	<b>56</b>
<b>5.1</b>	<b>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – campus São João del-Rei: estrutura e história do local de estudo</b> .....	<b>58</b>
<b>5.2</b>	<b>Os sujeitos da pesquisa: espaços e territórios</b> .....	<b>62</b>
<b>5.3</b>	<b>Identidades e pertencimento</b> .....	<b>67</b>
<b>5.4</b>	<b>Políticas e percursos formativos</b> .....	<b>70</b>
<b>6</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>75</b>
<b>6.1</b>	<b>Avaliação do produto educacional</b> .....	<b>76</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>79</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>82</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO</b> .....	<b>88</b>
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA INDIVIDUAL</b> .....	<b>91</b>
	<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>93</b>
	<b>APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ</b> .....	<b>98</b>
	<b>APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE H - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE I - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse em realizar esta pesquisa nasce da minha trajetória como servidora pública federal na educação superior, ocupando o cargo de Técnica-Administrativa em Educação como Assistente Social. Exerço minhas atividades de trabalho na assistência estudantil, setor que viabiliza o acesso dos estudantes a essa política e às ações afirmativas, a fim de garantir o direito social à educação. Mas não é somente por isso o interesse nesta pesquisa. Sou atravessada pelas experiências que vivi e vivo como mulher negra. Sou parte da população da qual trato nesta dissertação. Por isso, não há neutralidade para a escolha de tais políticas como objetos de pesquisa, porque espero contribuir com o debate, para que mais pessoas negras acessem a educação.

Desde o início do trabalho nas políticas mencionadas acima, em 2015, foi possível verificar que os serviços prestados aos estudantes são restritos, burocratizados, com repasse de recursos financeiros insuficientes para a manutenção deles. Além disso, o tratamento dispensado aos estudantes possui caráter moral, distanciado do direito à educação. Isso impõe aos demandantes das políticas de ação afirmativa e assistência estudantil a conclusão do curso sem que haja o aproveitamento integral da vivência acadêmica, que sugere a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trazer esses questionamentos para o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) permite a investigação de problemas que se têm verificado nas políticas públicas em questão, e que podem ser minimizados ou corrigidos, para o aperfeiçoamento das ações afirmativas e assistência estudantil.

Nesse sentido, o tema do presente estudo é: o percurso formativo de estudantes negras e negros e sua relação com as políticas de ação afirmativa e assistência estudantil, considerando como público-alvo os discentes dos terceiros anos dos cursos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), campus São João del-Rei, ingressantes pela política de ação afirmativa racial. A proposta desta pesquisa é identificar conquistas e desafios das políticas afirmativas e de assistência estudantil para acesso de negras e negros a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de ensino médio integrado do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei. Essa identificação se deu em análises realizadas a partir da coleta de dados a seguir: aplicação de questionário socioeconômico e a realização de entrevistas individuais com o público-alvo. Foi uma oportunidade de

ouvir os participantes da pesquisa, maximizando a construção da criticidade à realidade posta e de buscar estratégias de aperfeiçoamento das políticas que visam o acesso e a permanência na educação.

É importante destacar que não se tem a pretensão de superestimar tais políticas e atribuir a elas a responsabilidade de superar as desigualdades estruturais decorrentes do racismo e do modo de produção capitalista. Pretende-se contribuir com a discussão acerca da importância de políticas sociais para a equidade, destinadas a grupos sociopoliticamente excluídos, especialmente, no que tange às ações afirmativas raciais e à assistência estudantil, enquanto parte da proteção social com o objetivo de garantir o direito à educação.

Assim sendo, é necessário situar que as políticas escolhidas para esta pesquisa estão no contexto de desigualdades raciais presentes na realidade brasileira, fruto do racismo estrutural, o qual expropria direitos sociais essenciais à população brasileira que carrega no corpo a marca da sua diferença. Em se tratando de desigualdade racial, tal cenário apresentado acima é confirmado quando dados educacionais tratados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que as diferenças de negras e negros no contexto escolar seguem desfavoráveis em relação à população de pessoas brancas, conforme veiculado por notícia do portal eletrônico de notícias do IBGE (2025):

**Média de anos de estudo:** Quanto à cor ou raça, a diferença segue expressiva: pessoas brancas alcançaram 11,0 anos de estudo, enquanto pessoas pretas ou pardas atingiram 9,4 anos.

**Condição de estudo e a situação na ocupação de pessoas de 15 a 29 anos:** Com relação à cor ou raça, o percentual de pessoas pretas ou pardas que não estudavam, não se qualificavam e não estavam ocupadas (21,1%) foi consideravelmente superior ao de pessoas brancas na mesma condição (14,4%). (IBGE, 2025, grifo nosso)

Assim, diante desse cenário, cumpre destacar a importância de políticas sociais que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica. A ação afirmativa e a assistência estudantil se inserem no contexto de combate ao racismo, e às desigualdades por ele produzidas, também são relevantes na garantia da efetivação do direito à educação de pessoas negras. Nesse sentido, elas vão ao encontro de iniciativas governamentais que visam reduzir os obstáculos raciais e sociais que impedem o exercício do direito à educação básica.

O racismo estrutural e institucional afeta o ambiente escolar e demanda ações integradas dentro das instituições federais, a fim de reduzir situações de desigualdades, preconceito e discriminação em razão da cor ou raça. No contexto do

racismo estrutural e institucional no ambiente escolar, compreende-se que podem ocorrer as seguintes situações: necessidade de letramento racial<sup>1</sup>, para uma abordagem crítica acerca do racismo estrutural e institucional e de suas manifestações na sociedade; necessidade de avaliação dos impactos das ações afirmativas e da assistência estudantil, a fim de apontar os seus alcances e limites na garantia do direito à educação aos seus demandantes; necessidade de articulação das ações afirmativas e da assistência estudantil entre os setores e serviços da instituição, assim como com as políticas governamentais dos três níveis de governo, tais como: editais de pesquisa, ensino e extensão, Projeto Político Pedagógico, atuação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (Neabi) e a comunicação institucional, para o diálogo com as comunidades interna e externa. Logo, a partir dos pressupostos apresentados acima, o estudo sugerido busca compreender as contribuições da ação afirmativa e da assistência estudantil no percurso formativo de estudantes negras e negros.

Assim, as perguntas que nortearam a investigação do problema são: as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil contribuem para o acesso de estudantes negras e negros à formação integral da Educação Profissional e Tecnológica? Em que aspectos elas foram fundamentais? O que ainda há a caminhar? Como as políticas de ações afirmativas e assistência estudantil podem contribuir para inclusão, permanência, formação integral e combate ao racismo no percurso formativo de estudantes negros/as na Educação Profissional e Tecnológica? A partir dessas questões, tentaremos compreender como as políticas em tela estão favorecendo o ingresso, a continuidade e a conclusão dos cursos integrados do ensino médio do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei, de estudantes negras e negros.

Como consequência do caminho acima mencionado, a pesquisa foi conduzida a partir do seguinte objetivo geral: compreender as contribuições das políticas de ação afirmativa e assistência estudantil para ingresso e permanência de estudantes negros/as, do ensino médio integrado do IF Sudeste MG, em São João del-Rei, a partir de seus percursos formativos. Diante disso, objetivou-se, especificamente, contextualizar o racismo estrutural como modo de reprodução das relações sociais no Brasil e as implicações geradas à população negra; identificar as ações empreendidas pela

---

<sup>1</sup> Segundo a Cartilha Educando para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Igualdade Racial (2024, p.6), o letramento racial é o processo pedagógico que visa conscientizar e sensibilizar sobre o funcionamento do racismo e sua estruturação na sociedade, de modo a tornar o indivíduo em processo de letramento capaz de reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano.

gestão das políticas de ação afirmativa e de assistência estudantil na rede de ensino profissional e tecnológica; analisar a percepção de estudantes negras e negros sobre a relação do ensino profissional e tecnológico com a ação afirmativa e assistência estudantil; elaborar como produto educacional um almanaque a partir das reflexões teóricas deste estudo, visando ao fortalecimento de ações de promoção ao acesso e permanência de estudantes negras e negros na educação profissional e tecnológica.

Para tanto, este estudo foi estruturado da seguinte forma: no capítulo 2 a discussão proposta aborda os temas racismo e desigualdades, ação afirmativa e identidades. Em relação ao capítulo 3, debate-se a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nas relações étnico-raciais, o percurso formativo e assistência estudantil no contexto da EPT. Na perspectiva de construção dos aportes teóricos dos capítulos 2 e 3, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abordando os temas racismo estrutural e institucional, negritudes, identidade, Educação Profissional e Tecnológica e ações afirmativas, os quais são tratados por autores como Florestan Fernandes, Silvio Almeida, Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Nilma Lino Gomes, Dante Moura e Marise Ramos, entre outros. O capítulo 4 destina-se à apresentação do percurso metodológico com os caminhos trilhados para a execução da pesquisa. No capítulo 5, debate-se os resultados da coleta de dados a partir de categorias de análise, sendo elas: os sujeitos da pesquisa, espaços e territórios; identidades e pertencimentos e políticas e percursos formativos. Em relação ao capítulo 6, versa-se sobre o Produto Educacional, um almanaque intitulado Enegrecendo a Educação Profissional e Tecnológica.

## 2 BRASIL, UM PAÍS DE TODOS?

É necessário trazer ao debate as análises e contribuições de diversos estudiosos acerca dos impactos nas relações sociais de raça na sociedade brasileira e sua organização no passado e na atualidade. Para isso, o título foi escolhido a fim de fomentar reflexões sobre a realidade da população brasileira, que enfrenta cotidianamente o racismo e suas expressões na estrutura social do nosso país, no que se refere ao acesso ao trabalho, educação, representação política, cultura, lazer, entre outros aspectos da vida social.

A condição socioeconômica da população está relacionada com a formação social, política e econômica brasileira, que se estrutura nas relações desiguais entre raças. Esse processo sócio-histórico revela a marca do racismo na nossa sociedade o qual se expressa na ausência ou limitação do acesso a bens, serviços e oportunidades. Isso remete à história do Brasil: do escravismo à exclusão e invisibilidade da população negra, se ancorou no racismo científico do século XIX para justificar uma “inferioridade” do negro, em todas as dimensões, legitimando sua segregação. Nesse sentido, Carneiro (2023) elucida qual é o motivo da existência do racismo e de todas as formas de opressão e discriminação das quais ele lança mão, a fim de subjugar a população negra.

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça (Carneiro, 2023, p.21).

Desse modo, apreende-se que, para a manutenção do racismo na nossa sociedade é necessário, conforme Carneiro (2023, p.98), de “um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios”. Para tanto, um dos mecanismos utilizados nessa estrutura é o mito da democracia racial para moldar as relações raciais. A democracia racial, mais difundida no século XX, se baseou na ideia de que no Brasil não há racismo, que havia interação entre as raças pela miscigenação e harmonia social. Contudo, essa teoria não se sustentou e não se sustenta diante de todas as evidências das desigualdades entre as raças. Florestan Fernandes foi um autor que problematizou e apontou questões relevantes dessa formação e suas implicações para a população negra. Embora tenha analisado as questões raciais considerando o negro como objeto de estudo e não como sujeito, evidenciou o mito da

democracia racial e mostrou que as estruturas política, econômica, jurídica e cultural do Brasil se sustentam no interesse de sobreposição de uma raça sobre a outra. Nesse sentido, o autor explicou que,

Na realidade, os negros e mulatos foram projetados aos estratos das pessoas mais pobres, que não partilham (ou partilham muito pouco) das tendências do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural. (...) A estrutura racial da sociedade brasileira, até agora, favorece o monopólio da riqueza, do prestígio e do poder pelos brancos. A supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto quanto foi no passado. A organização da sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subemprego, e para o “trabalho de negro” (Fernandes, 1972, p. 69-70).

Corroborando a denúncia acerca da existência da democracia racial na sociedade brasileira, Abdias do Nascimento apresentou inúmeros estudos e análises que apontaram o racismo estrutural e institucional presente no Brasil. A trajetória construída por Nascimento é reconhecida pela importância de sua luta contra o racismo e pelos direitos da população negra. Para tal, esteve presente em diversos espaços da nossa sociedade e no exterior sempre categórico em seus posicionamentos. No livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, o autor assevera que,

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (Nascimento, 2016, p.108).

A afirmação de Abdias Nascimento (2016), na citação acima, evidencia a complexidade do racismo no Brasil. Ele mostra que esse sistema de opressão, violências, de marginalização e exclusão da população negra possui suas especificidades quando analisado e comparado a outros países. Todavia as diferenças existentes entre os países não minimizam os danos que o racismo provoca na existência de mulheres e homens negros.

Nesse caminho, outro autor a ser salientado por sua importância na análise da situação do negro no Brasil é Clóvis Moura. O pensamento construído por Moura acerca da questão racial e da resistência negra situa o negro como sujeito político e histórico, protagonista da sua própria transformação, refutando as abordagens de cientistas sociais tradicionais que tratam o negro apenas como “objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira” Moura (1988, p.9). O autor aponta que

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar nos negros, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e

existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (Moura, p.70, grifo do autor).

Ainda, para Moura (1988, p. 100), “Toda essa realidade discriminatória, preconceituosa e repressiva é escamoteada deliberadamente. Seria fastidioso aqui repetir os pronunciamentos de todas as autoridades que proclamam a nossa democracia racial e praticam a discriminação.” É a partir dessa compreensão crítica que o pensamento de Moura demonstra a desigualdade existente e intencional entre as raças. O autor trata de forma contundente e esclarecedora a convergência ideológica, política e econômica dos interesses da elite dominante - no período escravista e posterior a ele - como estratégia deliberada para imobilidade e a marginalização do negro na sociedade brasileira.

Assim sendo, os estudos sobre as relações étnico-raciais permaneceram, avançaram e compõem na cena contemporânea importantes debates sobre novas formas de sociabilidade que respeitem a diversidade e superem todas as formas de discriminação e exclusão. Nessa direção, Silvio Almeida (2018) é um importante teórico da atualidade que também problematiza as questões raciais em nosso país. Os aspectos e categorias tratadas pelo autor elucidam a forma de organização da sociedade e sua hierarquização racial, as quais justificam as desigualdades existentes. É uma análise fundamental, que permite reconhecer o racismo nas suas diversas manifestações, seja de modo individual, institucional ou estrutural. Permite reconhecer que as desigualdades sociais são raciais e se expressam nos altos níveis de analfabetismo, nos baixos salários e na informalidade do trabalho, na baixa representação política, entre outros exemplos que podem ser acessados nos dados coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tratando-se especificamente da educação, a disparidade também é evidente e demanda ações do Estado brasileiro para sua redução. Nesse sentido, vale destacar que é fundamental o uso dos estudos que tratam das questões raciais para subsidiar as políticas públicas, uma vez que, segundo Almeida (2018, p.96),

Há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica, e que direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas.

A educação é um direito social de todas e todos os brasileiros, garantido na Constituição Federal de 1988. Tal direito é fruto da resistência dos movimentos sociais e uma conquista que envolve a disputa por uma sociedade mais justa. Ao longo da

história, é possível verificar que a educação foi pensada e destinada de modo diferente às pessoas: uma educação para o trabalho manual e outra para o intelectual - voltado para a gestão, a política e os cargos de poder -, ou seja, uma educação para os pobres (manual) e outra para as elites (intelectual). Marginalizada e alijada de direitos, a população negra resistiu a esse cenário, buscando formas de inserção na educação escolar. E esta resistência histórica - que ocorreu durante a escravidão e seguiu-se após esse período, alcançando os dias atuais, com a organização de negros e negras frente a escravidão, a opressão, a marginalização e discriminação - foi evidenciada por Moura (1988, p. 111, grifo do autor), num ato que se pode considerar como político e de resistência, ao mostrar que

(...) o negro brasileiro, tanto durante a escravidão como posteriormente, organizou-se de diversas formas, no sentido de se autopreservar tanto na situação de escravo, como de elemento marginal após 13 de Maio. E mais: não apenas em um ou outro Estado, mas em todas as regiões onde a escravidão existiu, os grupos negros continuaram a existir, passado o período escravista. Esses *grupos específicos* pontilharam toda a trajetória de existência do negro brasileiro.

Essa afirmação do autor destaca a relevância dos movimentos de resistência negra na sociedade brasileira e converge com a discussão de Gomes (2017, p. 10) acerca da sociologia das ausências porque traz a “revelação-denúncia de realidades e atores sociais silenciados, ignorados, esmagados, demonizados, trivializados”. Nesse sentido, destaca-se o papel do Movimento Negro por suas ações, a fim de incluir negros e negras na educação escolar, e por pressionar o Estado brasileiro a promover reparação a situações de desigualdades raciais. Uma resposta a esse esforço é a implementação de ações afirmativas na educação federal por meio da sanção da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e, posteriormente, com sua revisão e alterações por meio da lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

Portanto, o Brasil ainda não é um país de todos. O Estado necessita criar políticas públicas de reparação diante da ainda evidente desigualdade sociorracial existente. E é nesse contexto que o Movimento Negro desempenha papel fundamental na correlação de forças diante da normatividade estabelecida na sociedade brasileira que, com protagonismo, resiste, enfrenta e propõe mudanças na realidade da população negra. Também vale destacar a vigilância desse ator político, para que as conquistas empreendidas ao longo da história permaneçam.

## 2.1 Ações Afirmativas na educação: uma luta histórica por justiça social

Como já mencionado, a Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei. Ao analisarmos o processo histórico de formação da sociedade brasileira e as condições de vida da população na cena contemporânea, entende-se que a igualdade de fato ainda não se concretizou. Verificam-se no Brasil níveis acentuados de desigualdade socioeconômica os quais se expressam majoritariamente entre a comunidade negra.

Diante disso, faz-se necessário compreender que a formação sócio-histórica brasileira é permeada pelo racismo estrutural o qual invisibilizou e invisibiliza a vida da população negra, sua história, seus costumes, sua cultura e sua identidade enquanto ser humano. Além disso, entender como o racismo desumaniza e dificulta o acesso aos direitos sociais para a população negra permite a criação de alternativas que rompam com a exclusão de negras e negros da participação protagonista na sociedade. Logo, compreender os elementos que se apresentam sobre essa realidade é indispensável à reflexão crítica, a fim de propor ações que reduzam as desigualdades raciais.

Existem diferentes projetos societários em disputa, com interesses antagônicos, e há aqueles que defendem uma sociedade mais equitativa, sem preconceitos de raça, gênero, idade; sem acumulação desigual de riquezas, entre outras características. Por isso, essa temática é pauta do Movimento Negro e de outros movimentos sociais que desejam uma sociedade mais equitativa, com políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro, visando à diminuição das disparidades raciais. São lutas e resistências que desejaram e desejam afetar as estruturas que sustentam a produção e reprodução do que Sueli Carneiro (2023, p.13) aponta como “dispositivo de racialidade”, o qual

opera na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades. Pode-se dizer que o dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro (Carneiro, 2023, p.13).

Nesse contexto, é importante destacar uma conquista histórica do Movimento Negro nas políticas sociais, que nos permitiu e ainda nos permite, avançar para uma sociedade menos díspar e injusta: trata-se das políticas de ação afirmativa para

reserva de vagas na educação federal. Vale esclarecer que essa conquista não foi a única no que se refere a implantação de ações afirmativas. As ações afirmativas também alcançaram outras áreas. Contudo, esclarece-se que o enfoque desta seção e deste estudo é a aplicação de tal política no âmbito da educação.

É importante a valorização dessas conquistas, pois tais políticas públicas, ao serem criadas, reduzem significativamente os níveis de desigualdades presentes na materialização dos direitos sociais da população negra. O debate acerca da adoção de ações afirmativas raciais no Brasil vem acontecendo ao longo da nossa história, o que tem sido importante para integração de pessoas negras em diferentes espaços da sociedade. Conforme elucidam Munanga e Gomes (2019, p.186):

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa de igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade.

Elas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório (obrigatório), facultativo (não obrigatório) ou voluntário que têm como objetivo de corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Elas possuem um caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que as originou.

As ações afirmativas para reserva de vagas em instituições federais de ensino foram criadas a partir da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – redefinidas pelas leis nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 e nº 14.945, de 31 de julho de 2024 -, e é um importante instrumento de garantia de acesso das pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência na educação federal. A criação de dispositivos legais que provoquem mudanças radicais na desigualdade racial é instrumento de ruptura com práticas racistas e com a ideia de harmonia social. Tais medidas nos levam a conhecer esse cenário de desigualdade racial e determinam via legislação mudanças significativas no quadro social.

Nessa mesma direção, Gomes (2024) considera que a lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, uma ação afirmativa. Tal normativa altera a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>2</sup> e inclui a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo da rede de ensino. A autora citada acima afirma que,

(...) ela é uma ação afirmativa não somente porque ela cabe na conceituação das ações afirmativas, como projetos, políticas, voltados para correção de desigualdades históricas que são atestadas pela sociedade e reconhecidas pelo

---

<sup>2</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estado, que afeta grupos historicamente marginalizados; (...), mas porque ela tem um potencial diferenciado de outras ações afirmativas, que é ela impactar o universal, ela impacta a LDB, lei maior da educação nacional, leva pra dentro da LDB uma dimensão da diversidade, que é a diversidade étnico-racial e faz com que a LDB, então, tenha que contemplar de alguma forma a especificidade de uma população, de um grupo étnico-racial, que é o segmento negro da população (Gomes, 2024).

O olhar de Nilma Lino Gomes ampliou a visão para a lei 11.645, sobretudo porque nos atínhamos a compreender como ações afirmativas apenas as legislações que garantem a entrada e a permanência desses estudantes nas universidades e institutos federais, como o decreto nº 7.234/2010, e as leis nº 12.711/2012 e nº 14.914/2024. Contudo, fica cada vez mais evidente a importância de novos conteúdos dentro da educação básica e do ensino superior que dialoguem com as culturas plurais que compõem nossa sociedade e não apenas estudos em que a centralidade se pautava na produção de autores e obras cujos conteúdos, muitas vezes, não abordam os povos negros e sua história.

A obrigatoriedade legal do estudo da História Africana e Indígena responsabilizou as instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, a promoverem educação antirracista, multicultural e valorizar a matriz formadora da sociedade brasileira. É essencial apontar que, para além da legislação tratada aqui, sempre houve esforços de núcleos, grupos ou movimentos que já tensionavam as instituições de ensino, abrindo espaços e criando movimentos para discutir as relações étnico-raciais naquele ambiente. Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) são destinados a estudos e a promoção de ações sobre relações étnico-raciais e contam com a participação de estudantes, professores, profissionais administrativos e movimentos externos à instituição que tratam desse assunto. Os Neabis são importantes instrumentos para debater a temática em questão tanto no ambiente escolar, assim como na comunidade externa. Nesse sentido, Munanga (2012) reforça a importância do ensino da História Africana ao afirmar que

Daí a necessidade e importância de ensinar a história da África e a história do negro no Brasil a partir de novas abordagens e posturas epistemológicas, rompendo com a visão depreciativa do negro, para que se possam oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro, apesar das desigualdades raciais resultantes do processo discriminatório (Munanga, 2012, p. 10).

O racismo estrutural se faz presente e é possível identificar as contradições existentes. Pensar na garantia de ações antirracistas dentro desse contexto traz sentido de afirmação, de pertencimento, de pensar a partir desse debate a questão racial.

E as políticas públicas têm importante destaque ao promover ações e discussão da realidade nacional. Para Munanga e Gomes (2019, p.195),

Aos poucos, a sociedade brasileira, concorde ou não com as cotas raciais, está sendo desafiada a implementar práticas de superação do racismo e das desigualdades social e racial. Os meios de comunicação de massa têm dado uma cobertura interessante ao debate sobre as cotas. Seja na internet, nos jornais, na TV, de alguma forma esse debate passou a fazer parte do cotidiano de uma parcela da população brasileira que antes nem se preocupava ou não estava atenta às questões da desigualdade racial.

Dessa forma, ressalta-se a importância de fazer esses diálogos e compreender as experiências, a participação e as lutas na sociedade, a fim de romper com o que está posto. Isso permite a materialização de políticas de ações afirmativas e outras políticas públicas que têm como propósito o acesso aos direitos sociais pela comunidade negra. Nesse sentido, esta pesquisa é uma possibilidade dessa materialização, pois busca sensibilizar a comunidade acadêmica e externa a discutir racismo, suas expressões e o papel de cada sujeito na intervenção e no combate a todas as formas de preconceito, discriminação e exclusão social de negras/os.

No entanto, ainda há caminhos importantes a percorrer nessa luta. Um deles é a garantia do cumprimento das legislações citadas anteriormente, proporcionando um ambiente educacional antirracista e comprometido com a mudança de paradigma que sustenta o racismo. A manutenção de ideias e práticas de discriminação racial na educação federal, mesmo com os instrumentos legais apontados para a eliminação dessa realidade, configura-se com o que Silvio de Almeida (2018, p. 27) apontou como racismo institucional. Para o autor,

(...) a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação.

(...) Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade.

Com a análise de Almeida, pode-se concluir que o estabelecimento do aparato legal, que garante as ações afirmativas e o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, ainda que um direito, com obrigatoriedade no seu cumprimento, pode não ocorrer ou ocorrer de forma insatisfatória. Isso porque os interesses do grupo racial dominante podem predominar sobre os interesses de outras raças discriminadas nas instituições, como é o caso da educação.

Nesse sentido, e em complementariedade a análise de Almeida sobre a desigualdade racial reproduzida por meio do racismo institucional, aponta-se a reflexão de Sueli Carneiro (2023, p.13) a partir do conceito de dispositivo de racialidade:

O dispositivo de racialidade ganha uma dimensão específica ao operar em conjunto com o biopoder e ser por ele instrumentalizado. Combinado ao racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior, afinal, como diz Foucault, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo”. Contudo, para aqueles que sobrevivem, o dispositivo de racialidade reserva outras estratégias de assujeitamento. Dentre os seus elementos constitutivos destaco o epistemicídio, conceito que empresto de Boaventura de Sousa Santos para evidenciar o papel da educação na reprodução e permanência de poderes, saberes e subjetividade que o próprio dispositivo produz. Através do epistemicídio – que é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão – as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente. Destaco também, dentre os elementos do dispositivo de racialidade, as múltiplas interdições das pessoas negras que, além de serem assassinadas intelectualmente, são interdidas enquanto seres humanos e sujeitos morais, políticos e de direito.

Um outro ponto importante a ser discutido para efetivar as ações afirmativas e o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é fazer com que essas políticas sejam conhecidas nas escolas de educação básica. Em trabalho recente de Alex Rodrigues Borges (2023) sobre a política de ações afirmativas na EPT, podemos perceber o quanto a produção de notícias infundadas e a desinformação colhida em algumas redes sociais ainda estão presentes nas escolas, distanciando essa população de seus direitos. Segundo o autor:

No que se refere ao nível de conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas na educação, 75,8% dos protagonistas responderam que possuem nível de conhecimento intermediário; 19,4% avaliaram que possuem nível de conhecimento pequeno; outros 3,2%, nível de conhecimento aprofundado; e 1,6% não souberam avaliar seu nível de conhecimento (Borges, 2023, p. 91).

Nessa dissertação que teve como produto uma Cartilha<sup>3</sup> sobre o sistema de cotas em um instituto federal de Minas Gerais, podemos crer que há caminhos

---

<sup>3</sup> Produto educacional intitulado *Entendendo o sistema de cotas do IFMG*, elaborado pelo pesquisador Alex Rodrigues Borges em sua dissertação *AÇÕES AFIRMATIVAS EM EPT NA ERA DAS NOTÍCIAS FALSAS: a*

sendo trilhados, esperando por uma sociedade mais justa. E ao longo da história aconteceram avanços e limites que mostram que a luta se fez e se faz presente. Importa destacar nesse cenário o papel central do Movimento Negro, o qual privilegiou a educação como política para mudança não só na vida de pessoas negras, assim como em toda a sociedade. O Movimento Negro, por meio dos seus diversos atores, vem resistindo e lutando contra o racismo e suas formas de opressão, como a violência e exclusão, desde o período escravagista e permanece até os dias atuais, com ações importantes tais como: denúncias, afirmação da identidade da população, busca por políticas públicas e garantia de direitos. Para Vilaça (2024, p.49):

É importante ressaltar que as ações afirmativas não surgem por acaso, mas como resultado de lutas sociais estabelecidas ao longo de nossa história. O Movimento Negro (MN) é uma das articulações sociais mais exitosas da história do país, atuando no combater ao racismo, ao mito da democracia racial e desenvolvendo ações de resgate da autoestima da população negra e também “formular e pleitear políticas compensatórias para combater as desigualdades geradas pela discriminação e pelo racismo” (Santos, 2009a, p. 88).

O protagonismo desse Movimento visou e visa chamar a atenção da sociedade e do governo brasileiro para a questão racial. Com isso, podemos registrar ao longo do século avanços nas lutas institucionais contra o racismo, tendo como exemplo, a conquista de políticas públicas destinadas à população negra. Nessa direção, o Movimento Negro segue alerta e vigilante às demandas de negras e negros brasileiros. Nesse sentido, muitos atores desse Movimento se tornaram lideranças na afirmação e denúncia da permanência do racismo e de suas expressões na sociedade brasileira, ocupando espaços nas esferas governamentais, nos meios de comunicação, na cultura, e em diversos outros espaços da sociedade, levando ao debate as desigualdades que ainda permanecem, assim como a violência e a exclusão da população negra da participação na sociedade de modo universal e em igualdade de condições, assim como é garantida a pessoas brancas.

Ao tratar de ações afirmativas no Brasil, é imprescindível citar as contribuições de Abdias do Nascimento, ativista do Movimento Negro, que dedicou sua luta contra o racismo: atuou pela reparação do povo negro em razão da exploração do trabalho forçado, da exclusão de negros e negras da participação nas mais diversas áreas da sociedade, pela valorização da identidade e cultura dos afro-brasileiros. As denúncias que realizava eram categóricas e não se restringiam ao público brasileiro:

Abdias levou sua voz combativa e suas análises assertivas a vários países. Escreveu de modo transparente as condições da população negra para o colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (1977) e, ainda, apresentou 17 recomendações para aprovação da Assembleia desse evento, sendo uma delas citada a seguir:

Este colóquio recomenda que o governo brasileiro inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior; (Nascimento, 2016, p. 164).

Naquele momento Abdias já apontava para a necessidade do ensino da História e as Culturas dos povos africanos. Em momento posterior, ocupando cargos de representação política como deputado (1983-1986) e senador (1991-1994), Abdias apresentou projetos de leis com o objetivo de criar ações afirmativas, entre outras medidas, conforme pode se ler na reportagem feita pelo Senado Federal (2021):

Como deputado, Abdias apresentou projetos de lei para tipificar o racismo como crime de lesa-humanidade, transformar o 20 de novembro no Dia Nacional da Consciência Negra, incluir a história da África e a cultura negra nos currículos escolares e criar cotas raciais no serviço público e nas empresas privadas, sendo 20% para homens negros e 20% para mulheres negras. Na época, pretos e pardos somavam oficialmente 44% da população brasileira. Hoje, representam 55%.

Como senador, voltou a apresentar os projetos que previam a criação de cotas raciais e a mudança dos currículos escolares. Também redigiu propostas para garantir mais direitos às comunidades quilombolas, endurecer a legislação contra o racismo e obrigar o Ministério Público a agir em casos de ataque à dignidade da população negra (Senado Federal, 2021).

De acordo com a mesma reportagem, Abdias do Nascimento se posicionava notavelmente pela redução da desigualdade a que vivenciava a população negra. Ao defender as ações afirmativas explicou que

A ação afirmativa, que eu prefiro chamar de ação compensatória, é um instrumento utilizado para promover a igualdade de oportunidades no emprego, na educação, no acesso à moradia e no mundo dos negócios. Por meio dela, o Estado, a universidade e as empresas podem não apenas remediar a discriminação passada e presente, mas também prevenir a discriminação futura, num esforço para chegar a uma sociedade inclusiva, aberta à participação igualitária de todos os cidadãos (Senado Federal, 2021).

A partir disso, compreende-se que articular as cotas com o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira é estratégia de combate ao racismo e de valorização da história, cultura e identidade negra. Identidade essa que reconhece, une, fortalece e resiste. Também respeita a existência, a ancestralidade e os valores de um povo. É essencial que essa construção esteja presente no ambiente escolar, que pode estimular o diálogo sobre essa temática, além de fomentar a tomada de consciência acerca

das questões que atravessam a sociedade e que impactam as relações étnico-raciais. O ambiente escolar como espaço plural também é formador de identidade. Logo, cabe a esse espaço ser afirmativo à cultura e identidade negra como expressão de um povo e recusar o movimento histórico de apagamento dessas manifestações.

Nesse sentido, o próximo subitem trará uma breve discussão sobre o que é identidade e o seu processo de formação.

## 2.2 Identidades e Negritudes: quem somos<sup>4</sup>?

Diante do que foi discutido anteriormente, acerca das relações sociorraciais no contexto brasileiro, considerando a situação da população negra no processo de formação da sociedade brasileira, após a abolição, indaga-se: o que é ser negra e negro nesse cenário? Falar de negritudes e identidades é complexo, pois são categorias formadas, e que ainda se formam, a partir de múltiplos fatores. É necessário considerar a formação da sociedade brasileira, baseada na exploração do trabalho humano escravizado, a qual espolia da população negra sua história, cultura, costumes, valores e sua condição humana, a fim de se estabelecer um modelo de sociedade baseada na branquitude. Ao tratar dessa questão, Gonzales (2020, p. 58) aponta que

Duas concepções ideológicas definem, de maneira dúbia e distorcida, a identidade dos negros na sociedade brasileira: por um lado, a noção de democracia racial, e, por outro, a ideologia do branqueamento. A primeira, desenvolvida por Gilberto Freyre na década de 1930, constitui a visão pública e oficial com relação aos negros. De acordo com ela, estes são cidadãos como quaisquer outros e, por causa disso, não são submetidos ao preconceito ou à discriminação. (...) A outra noção ideológica que define a identidade afro-brasileira é a ideologia do branqueamento, ou simplesmente branqueamento. (...) Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas.

Embora tenham sido reveladas as faces do racismo que estruturam as concepções ideológicas do mito da democracia racial e do branqueamento, estas ainda formam a identidade negra no Brasil. Isso permanece na construção de valores, representações e na assimilação cultural da nossa organização e reprodução social. Para Gomes *apud* Munanga (2019), a compreensão de identidade deve considerar que ela ocorre de maneira diferente a negras e negros, a depender do contexto sociocultural em que vivem. Ele também apresenta fatores que fazem parte da construção

---

<sup>4</sup> O verbo foi conjugado na primeira pessoa do plural para me incluir na discussão proposta. Sou negra e vivencio a construção da minha negritude e identidade na atual sociedade.

de uma identidade, quais sejam: fatores históricos, linguísticos e psicológicos. Ainda, de acordo com o autor,

É importante considerar que negritude e identidade negra, embora sejam relacionadas com a cor da pele negra e às leituras que sobre esta recaem ou lhe são impostas, não são necessariamente de ordem biológica. Elas colocam em diálogo algo mais profundo que atravessa a história dos povos africanos e da diáspora, tornando-se um ponto comum: o fato de terem sido na história “vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas”. Por isso a luta contra o racismo e as desigualdades raciais, assim como a afirmação da identidade negra, são processos complexos, desafiadores e que precisam ser desenvolvidos de forma enfática, persistente e contundente (Gomes apud Munanga, 2020, p.9).

Assim, a partir dessas circunstâncias que se construíram as existências e as resistências a diferentes formas de violência racial. E se expressa na solidariedade de um grupo social que reconhece no processo histórico brasileiro a retirada forçada de pessoas negras de seu continente, de sua cultura, de seus laços familiares, de sua existência. E, hoje, o projeto societário dominante permanece com o discurso de inferiorização e exclusão da comunidade negra da participação social, principalmente dos espaços de poder econômico e político.

São utilizados discursos enganosos de uma harmonia social, mas qualquer mudança do atual projeto societário é rejeitada. E é neste cenário, marcado pela relação de fatores históricos, linguísticos, psicológicos, políticos, culturais e os diversos modos de existir de negras e negros, que se constroem identidades e negritudes. Também se constroem resistências da comunidade negra que busca coletivamente uma nova forma de sociabilidade mais equitativa, sem preconceito, discriminação e desigualdade racial.

Nessa direção, outro autor importante que nos guiará nesta discussão sobre identidades é Stuart Hall (2008). O autor faz uma análise necessária acerca do tema e, assim como Munanga, aponta para a complexidade de se definir como se formam as identidades. Ele se posiciona contrário à ideia de uma identidade unificada e estável. A compreensão de Stuart Hall acerca do tema parte do entendimento de que a construção das identidades é um processo contínuo, que leva o sujeito a passar por mudanças e transformações, influenciado por fatores sociais, culturais e históricos.

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade *não* assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que

permanece, sempre e já, "o mesmo", idêntico a sim mesmo ao longo do tempo. Ela tampouco se refere, se pensamos agora na questão da identidade cultural, àquele "eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus - mais superficiais ou mais artificialmente impostos - que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém em comum" (Hall, 1990). Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma "unidade" imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças - supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2008, p.108, grifo do autor).

Nesse sentido, Stuart Hall (2006) converge com Munanga ao apontar as identidades como produto de distintos aspectos e elementos, os quais são atravessados por contextos históricos que influenciam o modo de ser e de se ver do sujeito nos diferentes espaços da sociedade. O autor vê o conceito de identidade como estratégico e relacional, pois permite olhar para os contextos, relações e para as posições ocupadas pelos sujeitos em relação aos outros e as estruturas. Hall (2006) analisa a identidade situando-a com o sujeito e as mudanças ocorridas na sociedade ao longo da história. Para tanto, ele apresenta as características da criação das identidades em diferentes períodos históricos, apontando suas diferenças em cada época e evidenciando a dificuldade de defini-las a partir de um único elemento ou aspecto conforme pode-se observar no trecho a seguir:

Para os propósitos desta exposição, distinguirei três concepções muito diferentes de identidade, a saber, as concepções de identidade do: a) sujeito do Iluminismo, b) sujeito sociológico e c) sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou "idêntico" a ele- ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. (...) pode-se ver que essa era uma concepção muito "individualista" do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade *de/e*: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino).

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava. G.H. Mead, C.H. Cooley e os interacionistas simbólicos são as figuras-chave na sociologia que elaboraram esta concepção "interativa" da identidade e do eu. De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" entre o mundo

pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão "mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (Hall, 2006, p. 11, grifo do autor).

A citação acima nos permite apreender as questões com as quais o sujeito se relacionou nos diferentes momentos históricos para a construção das suas identidades. Na modernidade, apresenta-nos a ideia de que os sujeitos possuem diferentes identidades em diferentes momentos. Elas podem, inclusive, ser antagônicas, levando o sujeito a diferentes direções, "que produzem uma variedade de diferentes 'posições de sujeito'" – isto é, identidades – para os indivíduos." (Hall, 2006, p. 17). Para facilitar a compreensão, transcrevo abaixo um exemplo que Stuart Hall utilizou em sua análise e que explica suas ideias e orienta o nosso entendimento sobre a discussão por ele proposta:

Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiaram Thomas porque ele era conservador em termos da legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apóiam políticas liberais em questões de raça) apoiariam Thomas

porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava “jogando o jogo das identidades”.

Durante as “audiências” em torno da indicação, no Senado, o juiz Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, urna ex-colega de Thomas. As audiências causaram um escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo, não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que frequentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social. A questão da culpa ou da inocência do juiz Thomas não está em discussão aqui; o que está em discussão é o “jogo de identidades” e suas consequências políticas. Consideremos os seguintes elementos:

- As identidades eram contraditórias. Elas se cruzavam ou se “deslocavam” mutuamente.
- As contradições atuavam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos políticos estabelecidos, quanto “dentro” da cabeça de cada indivíduo.
- Nenhuma identidade singular - por exemplo, de classe social - podia alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra” única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas.
- De forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas dessa forma por identificações rivais e deslocantes - advindas, especialmente, da erosão da “identidade mestra” da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos (Mercer, 1990).
- Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença* (Hall, 2006, p.18, grifo do autor).

O exemplo utilizado por Hall mostra a complexidade de se compreender as identidades do indivíduo e como ele se entende e se relaciona com o mundo nesse aspecto. Os sujeitos não se organizaram em torno de uma identidade única. As transformações ocorridas ao longo da história evidenciam, a partir do exemplo citado anteriormente, que, na atualidade, as identidades não se apresentam mais unificadas e, com a sua fragmentação, perdeu-se o sentido das identidades como algo fixo e estável para os sujeitos e a sociedade. E esse processo aponta para a mudança das

identidades como “essência” para a “identificação”, a qual se transformou, inclusive, em um campo de disputa política.

Nesse contexto, é importante destacar que as identidades podem se alinhar em eixos diferentes e, em alguns momentos podem até ser contraditórias, a depender das situações, estando sempre sendo refeitas nas interações culturais. Hall (2006) analisa a interferência da globalização nesse processo, no qual o indivíduo encontra várias posições para se identificar, novas formas de ser, novas articulações políticas. Para o autor, a globalização influencia as identidades culturais, sobretudo, as nacionais. É o momento em que Hall (2006) situa as identidades coletivas diante das mudanças nas identidades individuais. Uma identidade coletiva mencionada pelo autor é a nacional: a qual menciona que não é inata e sim construída a partir da representação, gerando o sentimento de pertencimento, de comunidade, de fazer parte de um todo. Também discute a relação do tempo e espaço nessa dinâmica, que, somada às inovações tecnológicas, muda a percepção do indivíduo sobre o mundo ao percebê-lo como um lugar mais integrado e acessível, por encurtar distâncias. Com tudo isso ocorrendo, o sujeito se desloca das suas referências locais e estáticas, pois o mundo muda cada vez mais rápido.

Nesse sentido, qual a relevância de se discutir identidade? Não se pode desconsiderar a motivação política deste trabalho, pois se pretende provocar reflexões sobre o tema proposto nos sujeitos que a ele tiverem acesso. É importante trazer à tona nossa história, nossa herança cultural e religiosa, pois são categorias constituintes da formação deste país. E é essencial nesse processo que o Movimento Negro tenha escolhido a educação para reparação das condições sócio-históricas a que a população negra foi submetida e que pode ser alterada com uma educação antirracista, buscando uma mudança profunda no modo como a sociedade vê as relações étnico-raciais. Segundo Gomes (2017, p.38),

o Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana.

E nesse processo de reeducar e emancipar que a educação deve mostrar novas abordagens sobre a história, cultura, língua e outros elementos trazidos com a diáspora africana, que permitam a constituição da identidade negra com elementos de valorização das pessoas negras e do que elas representam na história e participação da construção deste país. Nesse caminho, Rodrigues (2023, p.7) corrobora com o

entendimento deste estudo, acerca da importância do acesso e permanência de negros e negras na educação crítica, quando afirma que:

A luta do Movimento Negro não se restringia apenas à inclusão da população negra no sistema educacional, mas ao direito de uma educação que valorizasse esse segmento étnico-racial, para que os alunos pudessem conhecer e reconhecer-se dentro da história e cultura brasileira, considerando que a educação tem privilegiado um pensamento eurocêntrico, voltada para um único segmento racial, o branco, em desvantagem ao negro

E, na Educação Profissional e Tecnológica, a compreensão dessa identidade deve estar articulada com a assistência estudantil, com os Núcleos de Pesquisas e Extensão Afro-Brasileiros, Quilombolas, Indígenas e afins. Além disso, deve-se articular também com a política de comunicação institucional, para dialogar com a comunidade acadêmica, e, sobretudo, com a comunidade externa sobre a questão trazida neste tópico.

### 3 ENEGRECENDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A FORMAÇÃO INTEGRADA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Realizou-se no capítulo anterior uma breve contextualização da formação da sociedade brasileira e suas implicações, em especial, para a população negra. Buscou-se apresentar elementos para o debate acerca da relação entre o Estado brasileiro e as desigualdades sociorraciais, compreendendo as disputas que ocorrem entre as classes sociais por espaços de poder político e econômico. Com esse percurso teórico, intenta-se problematizar a totalidade social na qual está inserida a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assim como demonstrar sua importância para as relações étnico-raciais na perspectiva da formação humana. É nesta realidade, de uma sociedade de exploração do trabalho, que provoca desigualdades sociorraciais, que a EPT precisa intervir.

Nessa perspectiva da formação humana, entende-se que a EPT não é apenas a preparação para o mercado de trabalho, pois pensar a Educação Profissional e Tecnológica é compreendê-la em sua totalidade, ou seja, no seu objetivo basilar: a formação omnilateral, politécnica e integrada. Assim, no desenvolver deste texto abordaremos a formação integrada, a fim de discutir o seu conceito na Educação Profissional e Tecnológica. Nessa direção, Ciavatta (2005 *apud* Ramos, 2014, p. 86) considera que

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p. 85).

Assim sendo, compreende-se a importância desse conceito na EPT para o combate ao racismo, a fim de fomentar relações étnico-raciais fortalecedoras dos sujeitos – sejam aqueles que experimentam as expressões do racismo ou não - visando à construção de um ambiente escolar autônomo e emancipador. Assim sendo, Ramos (2014, p.85) afirma que a EPT deve “proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca

se esgotar a elas.” Nessa perspectiva, Ciavatta (2005 apud Ramos, 2014, p.87), analisa que

ao se propor a refletir sobre o que é ou que pode vir a ser a formação integrada pergunta: o que é integrar? A autora remete o termo, ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

É importante destacar que não se pretende superestimar o papel da EPT no contexto do racismo. No cenário da sociedade brasileira, de capitalismo neoliberal periférico, são necessárias disputas políticas em meio às contradições do capital para efetivar a formação integrada. Nesse processo, a EPT enfrenta uma dualidade histórica entre a formação básica e a profissional, a primeira destinada às classes dominantes e a segunda às classes pobres. Moura (2013, p.719) em sua leitura de Marx e Gramsci sobre a educação afirma que

em meio a essas disputas e contradições, para que se avance na direção de materializar a concepção de formação humana integral, é fundamental compreender que a histórica dualidade estrutural na esfera educacional não é fruto da escola, mas da sociedade dual/cindida em que se vive, por imposição do modo de produção capitalista. Isso exige que a escola se estruture de forma dual no sentido de fortalecer o modo de produção do capital que se baseia na valorização diferenciada do trabalho intelectual e do trabalho manual. Portanto, romper com essa dualidade estrutural da educação escolar completamente não depende apenas do sistema educacional, mas antes, da transformação do modo de produção vigente.

Também nessa conjuntura são verificados outros desafios enfrentados cotidianamente no contexto educacional brasileiro em razão das estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais, jurídicas, sob o comando do capital, que afetam diretamente e intencionalmente as práticas educacionais. Um exemplo importante a ser citado é a reforma do ensino médio. Em 31 de julho de 2024 foi aprovada a Lei 14.945, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de definir diretrizes para o ensino médio. Acerca desse tema é importante destacar que o texto base da referida lei sofreu várias alterações da Câmara e do Senado em razão das disputas políticas e ideológicas das classes sociais hegemônicas e subalternizadas sobre os rumos da política educacional brasileira para o ensino médio.

Embora estejam postos diversos desafios à concretização de uma educação para a formação humana, há que se evidenciar as possibilidades que surgem nesta sociedade do capital, a fim de propiciar, conforme salienta Moura (2014), uma educação para a “travessia”, abrindo espaço para o diálogo e ações que se comprometam com a formação humana de agentes políticos e críticos, os quais são capazes de interferir na sua própria história, assim como na realidade do seu meio. Assim sendo, o autor citado acima nos faz refletir ao indagar:

pensar de forma coerente com o materialismo histórico dialético não é compreender essa realidade socioeconômica e tentar arrancar do capital concessões que contribuam para a formação integral da classe trabalhadora, mesmo que, inicialmente, não seja na plenitude do conceito de politecnicidade para todos, mas que se garanta para todos a indissociabilidade entre formação intelectual, física e tecnológica, sem, com isso, abandonar a denúncia e o combate a todas as atrocidades cometidas contra essas crianças, adolescentes e jovens? (Moura, 2014, p.28).

O questionamento de Moura (2014) é essencial ao fomentar reflexões acerca da realidade concreta visando a sua mudança. Ao se tratar do racismo, a análise dessa realidade evidencia sua presença na sociedade brasileira, estruturando relações raciais desiguais, de modo individual, institucional e estrutural, conforme apontado por Almeida (2008) e referenciado nas seções anteriores deste estudo. Sob esta perspectiva, o ambiente escolar deve se empenhar pelo desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, por meio de uma proposta teórica e prática - articulada ao ensino, pesquisa e extensão - com o propósito de incluir aspectos da vida humana como a política, a economia, as relações sociais, a cultura, a ciência e a tecnologia, a ética, dentre outros. Nesse contexto, a formação integrada pode servir como meio para que aspectos importantes da realidade concreta possam ser desvendados e modificados, como o racismo.

Sendo assim, importa considerar que sujeitos a EPT pretende formar e qual sociedade se reivindica. E, neste cenário, pode-se intervir na realidade local, pautando discussões econômicas, política, social, cultural do meio no qual a instituição se encontra:

Não obstante, a educação e a escola, como importantes instâncias socializadoras, são cotidianamente demandadas a refletirem sobre o seu papel social, reconhecendo a cultura local, percebendo a problemática social na qual a mesma se insere e percebendo os educandos como produtores de cultura (Pires et al 2024, p. 144).

Assim, entende-se que são desejadas ações integradas, direcionadas à formação ativa e protagonista de sujeitos que são históricos e fazem parte de uma

sociedade que se revela desigual e discriminatória. E é oportuno o ambiente escolar favorecer o diálogo entre a pluralidade de vozes, saberes, culturas e valores, assim como expandir essa troca a toda comunidade como um processo de valorização e socialização do conhecimento, da memória e da história. É o que afirma Silva (2024, p.182) “Para dar voz ao múltiplo, é relevante abraçar a diversidade, resistir ao silenciamento consistente de algumas vozes e à invisibilidade de determinados povos.” A autora também argumenta que,

(...) A partir disso, é possível retornar à imagem de uma vivência do outro, daquele que habita as periferias das grandes urbes brasileiras, daquele que possui sua subjetividade apagada dos espaços de fala e, por consequência, dos locais de poder, daquele que é apagado historicamente, vendo sua ancestralidade ser aviltada (Silva *et al* 2024, p.183).

Nesse sentido, é indispensável problematizar a formação da sociedade e o que isso representa: a luta de classes e a disputa por projetos societários antagônicos. A complexidade desse contexto reflete diretamente as relações sociais, as quais se estruturam em normas, padrões, valores e cultura da classe hegemônica, determinando o que é correto, o que é bom, o que é belo, o que é desejável ou não. Logo, o que não faz parte dessa normatividade não é reconhecida em suas diferenças. Nessa direção, as violências raciais tornam-se ações presentes nas relações em sociedade, conforme pode se compreender na análise de Gonzalez (2018, p.97, grifo da autora),

O racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia a determinados interesses. “*Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas necessariamente falseada, porque é necessariamente orientada e tendenciosa – e é tendenciosa por que seu objetivo não é dar aos homens o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhes uma representação mistificada deste sistema social, para mantê-los em seu ‘lugar’ no sistema de exploração da classe (Althusser, L., 1967, p.39-49)*”. Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiados como quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos.

A autora aponta para a manutenção do racismo por meio dos “aparelhos ideológicos do Estado” o qual contribui para a reprodução das relações raciais sustentadas no racismo. Nesse sentido, a escola cumpre essa função, como pode ser analisado na citação a seguir.

Enquanto isso, os aparelhos ideológicos do estado, na medida em que servem à manutenção das relações de produção existentes, desenvolvem com eficácia a veiculação e o reforço das práticas de discriminação. O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas (...) constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais

recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (Nascimento, 1978, p.95 *apud* Gonzalez, 2018, p.69).

Desse modo, é possível compreender que a escola não é um espaço de neutralidade ideológica e representa os desejos de reprodução da classe dominante. Todavia, os apontamentos de Gonzalez nos mostram o movimento histórico de questionamento do racismo na sociedade brasileira, tencionando por mudanças nas relações raciais desiguais, o que possibilitou, por exemplo, tornar obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

É nessa direção que se compreende que reconhecer e valorizar as diferenças e identidades é uma possibilidade de romper com a discriminação, discutindo os temas dentro e fora do ambiente escolar. Enfrentar as desigualdades passa por enfrentar o racismo, pois as desigualdades na sociedade brasileira têm cor. Para tanto, este movimento deve ocorrer com a participação dos estudantes, dando a eles autonomia para construir junto o seu processo formativo, tendo como objetivo a formação integrada.

A aprovação de leis federais como a de reserva de vagas raciais e de estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena tem possibilitado aos institutos federais o empreendimento de ações de ensino, pesquisa e extensão visando a

conscientização política sobre as desigualdades das estruturas sociais, alicerçadas pela dominação e violência, objetivava a emancipação de homens e mulheres como agentes transformadores de uma realidade até então mantida por um modelo de educação unilateral, ajustado abertamente aos interesses das classes dominantes e sustentado por um conhecimento acadêmico incompatível com as lutas e organizações sociais (Bezerra e Cavalcante, 2024, p.237).

Esse movimento visa questionar o conhecimento unilateral, reconhecendo a diversidade cultural e de pensamento. E é um caminho necessário, a fim de ressignificar a história e cultura afro-brasileira, por vezes apagada ou apresentada de modo subalternizado.

É importante considerar que esse avanço legal, conquistado a partir de lutas e resistência, ainda necessita ser uma realidade consolidada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O fortalecimento das legislações mencionadas passa pela ampliação das ações, alcançando toda a Rede Federal, pois

o que se verifica na atualidade são iniciativas localizadas em algumas unidades da EPT. Em estudo recente Vilaça (2024) realiza uma análise acerca das políticas de ações afirmativas e aponta “que ainda há espaço para continuar educando e envolvendo todos os alunos, especialmente aqueles que ainda não têm conhecimento sobre o tema, para promover um entendimento mais amplo e aprofundado das ações afirmativas e seu papel na promoção da justiça social.” Vilaça (2024, p.73). Portanto, é essencial solidificar as conquistas alcançadas com a aprovação das legislações em questão, e isso pode ocorrer aprimorando as práticas existentes e estendendo-as a toda educação profissional e tecnológica.

### 3.1 Percursos Formativos no contexto da formação integrada

O objetivo principal deste estudo é compreender as contribuições das políticas de ação afirmativa e assistência estudantil para ingresso e permanência de estudantes negras e negros, do ensino médio integrado do IF Sudeste MG, em São João del-Rei, a partir de seus percursos formativos. Assim sendo, a discussão que se pretende realizar é acerca da construção do percurso formativo dos estudantes da EPT que contribua para a formação integrada, garantindo o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões.

O entendimento acerca do que é percurso formativo caminha ao encontro do que Santos (2007, p.12) definiu em uma reflexão sobre o próprio percurso formativo, assim sendo,

O ato de subir e descer ladeiras me fez compreender que um percurso não é linear; ele tem rupturas e paradas, é complexo, possui (des)continuidades, é singular. O percurso que fazia quase diariamente possuía vários itinerários dentro dele. Era um para cada dia. *Era eu quem fazia o percurso e era o percurso que me fazia.* Ele me fazia pensar, olhar, sonhar, viajar, chorar, brincar, observar, descobrir... Esse deslocamento me fazia feliz, me fazia triste, me fazia ser eu.

Penso que os percursos formativos também são assim, singulares. São os sujeitos que os constroem com as suas experiências e vivências, individuais e coletivas, mas são os percursos que também formam as pessoas. Pessoa-percurso e percurso-pessoa, como separá-los? Como demarcá-los? São experiências iniciadas desde o momento em que o sujeito é concebido. É, como disse Moita (1992, p. 115): “Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação.”

Logo, compreende-se que o processo formativo é dinâmico, que se constrói continuamente, dentro e fora do ambiente escolar. Dessa forma, o ambiente escolar precisa se abrir aos saberes dos estudantes adquiridos por meio de suas vivências: as experiências, os valores e as referências que possuem naquele momento. Esse

caminho valoriza a trajetória e o protagonismo dos educandos, assim como sua relação com a família, a escola e a comunidade. É assim que Santos (2007, p. 148) propõe a construção do percurso formativo, considerando a essencialidade dessas histórias e vivências na formação dos sujeitos:

É um convite para o sujeito tomar “conhecimento de si” e assumir uma postura ativa em relação à sua formação, tornando-se, portanto, sujeito da sua formação, para melhor perceber as potencialidades que estão escondidas na sua história; para estar consciente das suas mudanças em relação às suas idéias, aos seus projetos, à sua pessoa, à sua profissão e à sua maneira de ser e estar no mundo; para (des)construir as suas identidades, que vão mudando ao longo do tempo; para melhor perceber o poder de fazer que está sob a sua responsabilidade; para obter e desenvolver um certo poder e liderar a sua vida, desenvolvendo a sua criatividade, o seu imaginário, enfim, para desenvolver as suas potencialidades enquanto ser humano. Nessa perspectiva, as pessoas aprendem com as suas vivências e experiências e, por isso, tornam-se sujeitos da sua formação.

Neste caminho, a autora acima citada reflete sobre a construção das vivências na educação em um contexto contemporâneo com excesso de informação, constante demanda por emissão de opinião e falta de tempo dos sujeitos, afetando totalmente as experiências, tornando-as raras. Trazendo à luz os comportamentos da atualidade que, como mencionado, afetam totalmente as experiências, Santos (2007, p.150) mostra que “Isto vem sendo provocado em função da quantidade de estímulos presentes na nossa sociedade e que são vivenciados pelos sujeitos de forma efêmera, fugaz e instantânea”. Assim sendo, Santos (2007, p. 148) afirma que,

Sobre a questão da experiência, Bondía (2002) fala sobre o papel da experiência e o saber gerado por ela na educação contemporânea, com base no par experiência e sentido. No seu ponto de vista “A experiência é o que nos passa, nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece.” (BONDÍA, 2002, p. 21). Segundo o autor citado, parece que esse conceito de experiência vai numa direção contrária à maneira como os sujeitos estão vivendo na sociedade atual, dada a quantidade e a velocidade das coisas que se passam em suas vidas, o que contribui para que nada lhes aconteça e para que a experiência seja cada vez mais rara. De acordo com Bondía (2002), o excesso de informações, de opinião e de trabalho, bem como a falta de tempo são os motivos que dificultam a vivência da experiência. A respeito do excesso de informações, ele diz: “A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência.” (BONDÍA, 2002, p. 21). (...) Essa obsessão pela busca da informação e pela emissão de opinião é uma possibilidade real de anulação da experiência e um caminho para que nada aconteça a cada um.

Assim sendo, entende-se a essencialidade da participação da EPT na valorização dessas vivências, que trazem sentido ao sujeito e à sua história. Porque a escola também expressa a dinâmica dessa sociedade acelerada, mas não somente, é sobretudo um lugar de escuta, reflexão, problematização e de crítica ao contexto

histórico, social e cultural brasileiro e mundial, na perspectiva da formação integrada. A união entre o conhecimento científico e o conhecimento popular construído por meio de saberes diversos, dos valores e identidades é um processo que precisa ser discutido e pensado na educação integrada, a fim de ser destaque no percurso formativo dos estudantes.

Com isso, intenta-se promover reflexão nesses sujeitos, estimulando-os a pensarem nas questões que envolvem sua comunidade, família, escola, em toda a sociedade, e que atravessam suas experiências e sua história. É reconhecer as singularidades no percurso formativo de cada estudante, os sentidos que cada um dá à vivência, que perpassa inclusive a identidade desses sujeitos: sua origem, sua raça ou etnia, seu gênero, sua orientação sexual, e as pretensões e aspirações que o formaram e ainda formam. A diferença das situações vividas agrega valor a formação dos estudantes. Logo,

O sujeito da experiência, compreendido como um território de passagem, um ponto de chegada e um espaço onde têm lugar os acontecimentos, é aquele que se permite ir de encontro ao excesso de informações e de opiniões, à falta de tempo e ao excesso de trabalho presente na sociedade atual, buscando formar-se na experiência e com a experiência, sem perder de vista o contexto sociocultural e histórico-político (Santos, 2007, p.152).

Esse espaço para a experiência e para formar-se nela, na união dos conhecimentos, refletindo acerca da sociedade e das relações que se estabelecem, converge com a perspectiva da educação integrada. E o caminho se abre às narrativas dos sujeitos, às interações entre elas, na ressignificação de pensamentos, valores e identidades. Nessa direção, Lima e Bastos (2019, p.183) esclarecem sobre a construção dos sujeitos e de suas narrativas na interação social, por isso afirmam que,

Entendendo que o discurso é constitutivo da vida social, a compreensão do discurso como co-construção social implica apreendê-lo enquanto ação através da qual os participantes discursivos se constroem, constroem os outros e, portanto, constituem o mundo social. Estudar o discurso nessa perspectiva é examinar seus efeitos sociais nas práticas discursivas em que agem os interlocutores, o que envolve entender como cada interactante constrói a sua identidade social e/ou a dos seus interlocutores.

Diante disso, ressalta-se a essencialidade da interação entre as narrativas dos sujeitos, expressando suas vivências que são atravessadas por questões históricas, culturais, políticas e econômicas determinadas na dinâmica da atual sociedade, possibilitando interpretações que caminhem para a desconstrução de práticas sociais injustas e desiguais e o comprometimento com a transformação social. É importante que o sujeito possa ver o seu processo formativo, de onde partiu e onde está, dando

sentido a ele, para que consiga realizar uma análise consciente e atenta da realidade social. É a oportunidade de tomada de consciência do sujeito para a ação política de participação e mudança da realidade.

Acredita-se na importância e na riqueza das vivências e experiências compartilhadas, ou seja, nas significativas narrativas, pois, como afirma Mortada (2022, p.2), “propiciá-la, em si, já consiste em uma forma de resistência”. Ainda, de acordo com Mortada (2022, p.2), “a narrativa é uma forma artesanal de relação entre o indivíduo, seu passado e seu fazer.” Nesse sentido, a narrativa é um processo de resistência e fortalecimento da história e identidade dos estudantes, que têm nas ações afirmativas e na assistência estudantil a materialização das lutas pelo direito à educação.

Nesse sentido, o espaço da educação, torna-se, especialmente, um lugar de reflexão e proposição. Por isso, é tão importante a troca vivências e experiências neste ambiente, porque é possível haver quebras de referências e representações com as quais os estudantes se deparam diariamente. Muitas dessas representações apresentam-se em situações normalizadas no cotidiano que podem expressar racismo, machismo e outros comportamentos de preconceito, discriminação e opressão. Assim como esses comportamentos foram normalizados e ratificados por essa sociedade, é possível reafirmar pensamentos e comportamentos aprendidos que convergem com a justiça social.

Para a formação humana, é fundamental desvendar os processos pelos quais se sustentam tais práticas de opressão, exploração e de injustiça social. É este o movimento que se compreende ter o sentido da formação integrada na EPT.

### **3.2 Assistência Estudantil e a permanência na Educação Profissional e Tecnológica**

A educação é uma política pública e um direito social garantido constitucionalmente. A sua democratização passa não somente pelo acesso, mas também pela permanência. Em seções anteriores, foi discutida a formação da sociedade brasileira, que é baseada em uma profunda desigualdade sociorracial. Este cenário acarretou, e ainda perdura, em exclusão de pessoas negras ao acesso e permanência na educação.

Nesse sentido, ao se pensar na democratização da educação pública brasileira é necessário reconhecer esse movimento histórico de desigualdades, podendo-

se, assim, construir alternativas frente ao cenário de marginalização social de determinados grupos, em especial, da população negra. Segundo Morais (2023, p. 15),

A democratização do acesso à educação de qualidade, em todas as modalidades de ensino, é o caminho para a redução das desigualdades sociais no país. Contudo, apenas o acesso não é suficiente para que a educação cumpra de fato esse papel. Ao ingressar em uma instituição educacional pública, o estudante tem que ter sua permanência garantida, de modo que ele consiga se dedicar de forma plena ao processo de formação, até a conclusão do seu curso. Suas condições objetivas de vida – alimentação, moradia, transporte, entre outras – devem ser consideradas. Compete às IFES criarem mecanismos práticos, que atuem nas questões sociais e auxiliem esses estudantes na superação das dificuldades de manutenção na instituição. A Assistência Estudantil, como direito a todos que dela necessitam, é uma importante alternativa.

Sob essa ótica, Castro (2022, p. 66) contribui com esta reflexão ao afirmar que “firmar a AE enquanto direito social passa pelo crivo de seu reconhecimento como política educacional, direito de todos e dever do Estado e, para tanto, avançar nessa discussão requer, especialmente, oportunizar aos seus destinatários – os estudantes – que participem dessa discussão, num processo de exercício da cidadania (...)”. Os esforços para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, eliminando ou reduzindo os elevados níveis de desigualdades sociorraciais e econômicas, incluem a democratização da educação, tratando-se especialmente neste estudo, da educação profissional e tecnológica.

É importante destacar que a história brasileira nos revela a exclusão deliberada da população negra do sistema de educacional. As barreiras contra a inclusão desse grupo no ambiente escolar foram construídas de diferentes modos ao longo do tempo: por exclusão jurídica e social. Trazendo esta reflexão para a história da EPT, salienta-se o acesso de parte da população negra ao aprendizado de determinados ofícios, para atender as necessidades de exploração econômica do capital, colocando à disposição trabalhadores considerados “desvalidos da sorte”, como meio de retirá-los do “ócio, escola do vício e do crime”, por meio do decreto de Nilo Peçanha, em 1909.

O início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional. Assim, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação (Ramos, 2014, p.25).

A atuação do Movimento Negro e de outros movimentos sociais foram de extrema importância para denunciar esse cenário, assim como para a luta pela criação

de leis que buscam reparar as desigualdades raciais. Assim sendo, as políticas de ações afirmativas no contexto da Educação Profissional de Tecnológica tem significado um avanço essencial para a democratização do acesso e da permanência no ensino público federal, sobretudo quando consideramos o contexto histórico brasileiro marcado pela exclusão de grupos socialmente racializados do sistema educacional. Acesso e permanência são fundamentais nesse cenário complexo, para garantir reparação histórica a esses sujeitos, os quais são afetados estruturalmente por desigualdades socioeconômicas em razão da raça.

Nessa circunstância, vale frisar o papel estratégico da assistência estudantil ao integrar-se às ações afirmativas para o desenvolvimento de ações visando a democratização da educação de grupos excluídos. É uma política que não só oferece um conjunto de benefícios materiais - como moradia, transporte, alimentação e outros - mas também se configura como uma política pública que visa uma reparação social e de justiça educacional, a fim de garantir condições objetivas, simbólicas e subjetivas a estudantes negras e negros, para permanecerem e desenvolverem-se em sua completude no ambiente escolar.

Assim sendo, as ações afirmativas e a assistência estudantil caminham lado a lado, no sentido de orientar suas ações e objetivos a favor da formação integral de populações marginalizadas. São políticas que atuam com o intuito de favorecer o acesso, a permanência e o êxito escolar, aspectos relevantes no debate acerca da justiça social e igualdade de oportunidades. Nesse sentido, Rodrigues (2023, p.6) relete acerca das desigualdades históricas que afetam a população negra:

No Brasil, desigualdades econômicas e raciais se mesclam, construindo um cenário em que não se pode falar de pobreza, sem se falar de cor. Os vestibulares e processos seletivos das instituições públicas de ensino superior se tornaram um gargalo para alunos negros e pobres, oriundos de escolas públicas. Esta constatação foi amplamente denunciada pelos movimentos sociais (principalmente pelo Movimento Negro) que procuravam derrubar o mito da democracia racial em nosso país.

A consequência da escassez de políticas públicas para a população negra resultou em um abismo social entre negros e não-negros, que se estende até os dias atuais. Problematizar as ressignificações da exclusão racial ao longo dos anos significa compreender um Brasil que reproduz e mantém mecanismos das desigualdades perceptíveis na vida da população afro-brasileira em diversas áreas sociais, principalmente em relação à Educação.

Dessa forma, destaca-se a importância das ações afirmativas e da assistência estudantil no contexto da EPT. Elas são formas de reparar historicamente as injustiças do passado e as do presente ao promoverem justiça racial e social, porque visam combater as desigualdades profundas que surgiram ao longo de séculos de

exclusão da população negra, que foi explorada, invisibilizada e deixada à margem do acesso à educação e ao mundo do trabalho. Retomando as discussões realizadas nas sessões anteriores deste estudo, o racismo deve ser compreendido como um fenômeno enraizado na estrutura da sociedade brasileira. Conforme nos esclarece Almeida (2019), isso significa que ele faz parte da organização política, econômica, jurídica e cultural da nossa sociedade.

Compreende-se, dessa forma, que o racismo sendo estrutural também se manifesta nas instituições, nas práticas cotidianas, e no modo como o poder e as oportunidades são distribuídas. Portanto, é importante entender que as dificuldades para permanecer ou a desistência de estudantes negras e negros não deve ser percebida como falhas individuais e, sim, como barreiras provenientes de um contexto maior, no qual o sistema de ensino reforça desigualdades raciais, territoriais e sociais, sobretudo para quem é de ambientes socioeconômicos vulnerabilizados. A assistência estudantil nesse cenário se torna uma política importante ao contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo a autoestima, a identidade racial e o pertencimento à instituição.

Conforme prevê a lei nº 14.914<sup>5</sup>, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), é importante esclarecer que a assistência estudantil tem como finalidade

“(...) ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos. A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio (Pnaes, 2004).”

Embora a Pnaes tenha sido reivindicada pelos movimentos sociais que lutavam por condições de permanência nas universidades, ela não é uma política exclusiva para grupos socialmente vulnerabilizados. Todavia o escopo deste estudo visa mostrar que, para grupos em contexto de exclusão social, como é o caso da população negra, a assistência estudantil cumpre um papel essencial no enfrentamento de

---

<sup>5</sup> A lei nº 14.914<sup>5</sup>, de 3 de julho de 2024 instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e substituiu o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que tratava do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). A mudança de decreto para uma lei permite maior segurança jurídica a mudanças de governo, além de ampliar as ações destinadas aos estudantes de Instituições Federais de Ensino Superior e aos de Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica.

barreiras estruturais que a impede de acessar, permanecer e concluir o percurso formativo nas instituições federais de ensino. Por conseguinte, as ações da assistência estudantil são fundamentais ao assegurar o sucesso do processo educacional numa perspectiva de uma formação integrada.

No cenário de combate ao racismo no ambiente educacional, é necessário assumir uma educação reflexiva e crítica do processo histórico brasileiro, direcionada às relações étnico-raciais, e valorizando a diversidade e a equidade racial como princípios fundamentais para a EPT. Assim, quando a assistência estudantil e as ações afirmativas são articuladas com o objetivo de acesso e permanência na educação, atuam como instrumentos antirracistas ao instituírem mecanismos necessários para estudantes negras e negros ingressarem e permanecerem, assim como se identificarem e ser identificados como sujeitos de conhecimento.

Em seus percursos formativos, estudantes negras e negros que ingressam na EPT carregam consigo vivências de resistência, conhecimentos comunitários e modos particulares de existir e aprender. Nesta circunstância, importa destacar que a assistência estudantil deve considerar as trajetórias desses estudantes como uma capacidade latente para a sua formação. Além disso, deve-se considerar também que uma grande parcela do povo negro é proveniente de territórios vulnerabilizados pela manifestação do racismo estrutural na distribuição desigual do espaço e do acesso a bens e serviços públicos. De outro modo, o território tem significado fundamental para a população negra. É um elemento essencial que atua para a afirmação da identidade e do sentimento de pertencimento coletivo. Ele conecta negras e negros a dimensão educativa, cultural, favorece a organização social e a resistência. Também atua como um espaço de existência e de produção da vida. Nesse sentido, Milton Santos (2018, p.16) aponta que “território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Logo, a assistência estudantil atua para garantir condições materiais, simbólicas e subjetivas dessa população.

Assim, pelas razões expostas ao longo deste estudo, não se pode pensar a assistência estudantil enquanto política pública, que faz parte do percurso formativo de negras e negros, sem centralizá-la no contexto sócio-histórico brasileiro. Tampouco ela não pode ser conduzida de modo a ignorar deliberadamente, negar e silenciar-se diante de uma realidade concreta e incontestável do racismo que estrutura a sociedade e suas relações neste país.

Para a permanência, deve-se levar em conta também a identidade e a cultura afro-brasileira como parte da EPT. Estas dimensões são relevantes para a construção do saber e devem ser levadas em conta nas ações de assistência e permanência direcionadas ao senso de pertencimento dos estudantes na instituição. A omissão desses elementos no ambiente escolar implica em mais uma violência imposta cotidianamente à comunidade negra. Por isso, a permanência só será efetiva se houver a inclusão de referências positivas da história e cultura afro-brasileira na instituição de ensino, assim como proporcionar espaços de acolhimento e de protagonismo dos estudantes, reconhecendo, assim, o direito de estudantes negras e negros a uma educação completa e à mudança de suas realidades. Logo, “(...) uma educação crítica em que haja espaço para o debate sobre as políticas públicas amplia e abre possibilidades de pensar outras formas cidadãs de participação social, bem como despertar nos discentes reflexões sobre ser negro e jovem numa estrutura desigual capitalista.” (Rodrigues, 2023, p. 6)

Assim sendo, compreende-se que a assistência estudantil e as ações afirmativas são políticas essenciais para a justiça social e racial, sendo possíveis de serem utilizadas para construir um ambiente escolar antirracista, plural e emancipador. A conquista dessas políticas fortalece o compromisso do Estado com a democratização da educação ao garantir o direito de estudantes negras e negros de estarem na escola, serem reconhecidos e se reconhecerem como sujeitos plenos de conhecimento, dignidade e potencialidades.

## 4 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os caminhos percorridos durante este estudo e os instrumentais utilizados para compreender a realidade a partir dos objetivos desta investigação. O projeto para realização desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (Cep) do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) por meio de um cadastro feito na Plataforma Brasil. A autorização da pesquisa foi registrada com o número de parecer 7.256.172 e o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) sob o número 82500924.7.0000.0293. Vale mencionar que a Diretora Geral do IF Sudeste MG, em São João del-Rei, também autorizou a execução da pesquisa naquele campus e toda a documentação necessária foi assinada e submetida ao Cep do IFMG.

Antes de descrever a metodologia desta investigação, cumpre esclarecer que a escolha pelo tema deste estudo é atravessada pela trajetória de vida da pesquisadora, pelos seus valores, identidades, sentidos e anseios. Logo, o caminho trilhado tem suas intenções e perpassam pela escolha teórica e conceitual das referências utilizadas, pelas políticas sociais públicas investigadas e os sujeitos participantes da pesquisa. Nesse sentido, busca-se compreender as contribuições das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil para ingresso e permanência de estudantes negras negros, do ensino médio integrado do IF Sudeste MG, em São João del-Rei, a partir de seus percursos formativos.

Assim sendo, cumpre esclarecer o que é metodologia a partir da compreensão de Minayo (2004, p.22), segundo a qual,

Entendemos por metodologia o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na teoria. Em face da dialética, por exemplo, o método é o próprio processo de desenvolvimento das coisas. Lênin nos ensina que o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo porque ele faz relação entre o pensamento e a existência e vice-versa.

Considerando o seu propósito, esta pesquisa se caracteriza como sendo de natureza aplicada e com abordagem qualitativa. Leite e Kuhn (2023) tentam compreender os significados e sentidos da pesquisa aplicada na EPT. Nesse sentido, eles discutem a definição dessa pesquisa a partir do entendimento abaixo:

Considerando os objetivos da investigação que se pretende realizar, a ciência (ou pesquisa) aplicada surgiu da necessidade de resolver problemas como cura e prevenção de doenças, eficiência e aumento na produção de alimentos, melhorias da qualidade e ampliação do alcance da comunicação entre as pessoas etc. (CENTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E

SOCIEDADE, 2019). Ainda, engloba em sua essência a geração de conhecimentos para aplicação prática e imediata, dirigidos à solução de problemas específicos envolvendo os interesses locais, territoriais e regionais. Esta forma de pesquisa é incorporada aos propósitos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), como dimensão indispensável para alcançar os seus objetivos, características e finalidades.

Tal forma de pesquisa tem o propósito de promover a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando a produção de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade onde os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) estão situados, considerando as demandas sociais existentes em seus territórios (BRASIL, 2008). Para tanto, de modo geral os IFs adotam políticas de fomento à realização de pesquisas aplicadas, por meio de estratégias de incentivo ao corpo docente, programas de bolsas de iniciação científica para estudantes da educação básica e superior, articulação para realização de convênios com instituições que incentivam a realização de pesquisas, estímulos à participação em eventos científicos, à produção científica e à participação em programas de órgãos de fomento à pesquisa no Brasil e no exterior (Leite E Kuhn, 2023, p.3).

Desta forma, a pesquisa aplicada na EPT visa contribuir para a implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que, conforme Leite e Kuhn (2023, p.5), “espera-se contribuir para teorias que podem ser empregadas para resolução de problemas, por meio da formulação de programas e intervenções.”

Em relação à abordagem qualitativa, segue-se o sentido dado por Minayo (2010),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2010, p.21).

Nesse sentido, busca-se com a pesquisa qualitativa compreender as vivências dos participantes, seus valores, identidades e anseios a partir das relações que estabelecem com a EPT, com sua família, comunidade e a sociedade. A partir disso, utilizaremos as técnicas de coletas de dados descritas a ao longo desta seção, visando relacionar a teoria com a realidade, a fim de subsidiar o debate proposto e os objetivos desta pesquisa.

Para tanto, iniciamos com a pesquisa bibliográfica, que permitiu o levantamento e escolha de bibliografias sobre o tema deste estudo, tais como: artigos, livros, dissertações, e outras, que fundamentem o percurso teórico escolhido. Como aponta Marconi e Lakatos (2003, p.182),

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (...) Além disso, a pesquisa bibliográfica não é mera

repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Após a pesquisa bibliográfica, houve uma tentativa de realizar uma pesquisa documental no IF Sudeste MG, a fim de acessar dados contidos nas Coordenações de Registros Acadêmicos e de Apoio Discente que possibilitassem comparar, corroborar e subsidiar reflexões acerca da realidade de estudantes negras e negros no Instituto. Assim, Brasileiro (2016, p.46) explica que

a pesquisa documental é um estudo realizado quando há a necessidade de análise de documentos de primeira mão, ou seja, que ainda não foram analisados, e que possam contribuir para a realização da investigação proposta (Gil, 2006). Tais documentos podem conter informações de cunho público ou privado, históricas ou oficiais, reveladas em fotos, relatos, registros, anais, circulares, balancetes etc. Para a análise, o pesquisador pode lançar mão da análise de conteúdo ou análise do discurso.

Sendo assim, foram solicitados ao IF Sudeste MG, campus São João del-Rei, os dados das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil para análise documental. O primeiro contato foi com a Coordenação de Registro Acadêmico. O coordenador do setor disse que o sistema não mantém histórico das informações de processos seletivos anteriores e o objetivo da análise era acessar os dados do ano de ingresso dos estudantes participantes da pesquisa, em 2023. Eram mantidas apenas informações gerais em planilhas, porém os dados não eram relevantes para este estudo.

Em relação à assistência estudantil, houve contato com profissionais do setor, Coordenação de Apoio ao Discente (Cad), para apresentar a pesquisa e solicitar as informações dos discentes atendidos pela política. Ao tomar conhecimento das informações registradas pela Cad, também se considerou que os dados mantidos pela assistência estudantil não trariam novos elementos para a discussão da pesquisa. Assim, a investigação foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica, da aplicação de questionário e a realização de entrevistas.

Assim sendo, em sequência, foi aplicado um questionário com perguntas sobre aspectos culturais, identidade racial, pertencimento, compreensão de território, condição socioeconômica, entre outros. As perguntas foram em relação aos participantes e a seus familiares, a fim de complementar o conjunto de dados a serem analisados nesta pesquisa e oferecer um maior entendimento das vivências e interpretações dos participantes sobre sua realidade.

Por último, realizou-se as entrevistas individuais com os participantes que aceitaram o convite para partilharem suas experiências nesta pesquisa. É importante esclarecer que, inicialmente, nesta etapa, a sistematização dos instrumentos de coleta de dados previa o desenvolvimento de entrevista coletiva com os participantes. A escolha por esse instrumento se deu pela busca por um momento de discussão, de troca coletiva entre os participantes e a pesquisadora, de modo a construir diálogos e interpretações acerca da temática, e não somente respostas individuais. Também se optou pela entrevista coletiva em razão de suas particularidades, quando comparada a outros instrumentos como a entrevista individual e o grupo focal.

Ao submetermos o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, foi-nos apontado os riscos inerentes a exposição dos participantes na entrevista coletiva. Com isso, decidimos por mudar e realizar a entrevista de forma individual, a fim de proteger os participantes. Assim sendo, utilizamos a entrevista individual, mantendo a oportunidade de diálogo entre o participante e a pesquisadora acerca dos temas propostos no roteiro da entrevista. Gil (1999, p. 117) define entrevista “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.” Minayo (2003, p. 57) acrescenta que entrevista “é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais.” A entrevista trouxe a oportunidade de socialização de histórias de um grupo específico, de vivências que precisam ser expressas por seus protagonistas, ouvidas e socialmente valorizadas. Assim sendo, durante a entrevista individual, foi feito uso de um roteiro de perguntas para orientar a discussão e de um microfone para gravação do áudio no celular da pesquisadora. Posteriormente, foram transcritas as falas ocorridas na entrevista.

A amostra inicial selecionada para responder ao questionário socioeconômico e à entrevista individual foi de 9 participantes ingressantes por ações afirmativas raciais de um dos seguintes cursos: Técnico Integrado ao Meio Ambiente ou Técnico Integrado em Edificações, do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei. O número de participantes foi determinado a partir da quantidade máxima de vagas por ação afirmativa racial reservada aos cursos pesquisados. São reservadas 9 vagas por curso a estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas: 5 vagas para renda de até 1,5 salário-mínimo e 4 vagas para renda acima de 1,5 salário-mínimo. Esperava-se que deste total fossem entrevistados 5 estudantes da ação afirmativa

com renda até 1,5 salário-mínimo e 4 com renda acima de 1,5 salário-mínimo, alcançando, assim, 50% do número total de vagas por ação afirmativa racial dos cursos escolhidos.

A escolha desse público se deu em razão da experiência vivenciada com o ingresso no Instituto por meio de uma política pública de ação afirmativa, pela adaptação à particularidade do ensino médio integrado com a educação profissional e tecnológica e por estarem próximos da conclusão desse percurso escolar. A partir disso, buscou-se evidenciar tais experiências a partir das narrativas dos participantes, que puderam partilhar suas histórias, visão de mundo e expectativas para o futuro próximo com o término do ensino médio. Nesse sentido, pretendeu-se tornar visíveis as histórias e vivências dos participantes da pesquisa. Estas se somam às experiências na educação, por meio do acesso e permanência na educação profissional e tecnológica no que tange as políticas de ações afirmativas dentro do IF Sudeste MG – campus São João del-Rei.

O convite aos participantes da pesquisa foi realizado pela pesquisadora com o apoio dos professores coordenadores dos cursos técnicos e integrados de Meio Ambiente e de Edificações. O contato com os alunos ingressantes por ação afirmativa racial foi presencialmente no IF Sudeste de MG, em São João del-Rei. Com o auxílio da Coordenação de Registros Acadêmicos, os professores identificaram os estudantes de ambos os cursos que ingressaram por ação afirmativa. Antes de concluírem suas aulas, os professores liberaram os alunos que não eram o público-alvo do estudo e destinaram 10 minutos para a apresentação da pesquisadora, da pesquisa e a realização do convite para a participação na coleta de dados.

A princípio, a amostra de participantes foi definida de acordo com as vagas raciais reservadas no edital de ingresso do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei, realizado em 2023. Porém, quando a Coordenação de Registros Acadêmicos disponibilizou aos professores a relação de alunos ingressantes por ação afirmativa racial, foi possível verificar que, das 18 vagas disponibilizadas, apenas 10 estavam ocupadas com estudantes regularmente matriculados.

Diante disso, todos os 10 estudantes foram informados e convidados a participarem da pesquisa. Cada um recebeu os Termos de Assentimento Livre e Esclarecido, de Consentimento Livre e Esclarecido e de Autorização Para Uso de Voz, a fim de que os participantes e os seus responsáveis autorizassem a coleta de dados dos interessados. Ao todo 6 estudantes manifestaram interesse e entregaram os termos

descritos acima. A coleta de dados do questionário e da entrevista foi realizada no mesmo dia: um laboratório de informática do IF Sudeste MG foi disponibilizado para o contato entre a pesquisadora e os participantes. Nesse momento, o contato era feito individualmente, preservando o sigilo e o anonimato das informações. Após responderem ao questionário socioeconômico da pesquisa, os estudantes respondiam as perguntas da entrevista. A média de tempo para responder ao questionário e a entrevista foi de aproximadamente 50 minutos no total.

É importante esclarecer que dos 6 participantes que se interessaram e entregaram as autorizações, 1 participante faltou a aula no dia reservado pelos professores para a coleta de dados. Posteriormente, essa aluna faltante respondeu ao questionário, pois ele foi disponibilizado online pelo *Google Forms*. Em uma nova data, agendada por um dos professores, houve a tentativa de entrevistar a estudante que faltava, mas ela não foi a aula. Dessa forma, a coleta de dados ficou composta da seguinte forma: 6 respostas do questionário e 5 respostas da entrevista individual.

As informações coletadas foram transcritas com o auxílio do Word. Posteriormente organizadas, analisadas e interpretadas no sentido de identificar tanto o que é homogêneo quanto o que se difere em um mesmo meio social. A análise e a organização das informações colhidas, além de subsidiar a pesquisa proposta, pode contribuir para novas pesquisas, ações na gestão das políticas de assistência estudantil, ações afirmativas e do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas do IF Sudeste MG, São João del-Rei. Também poderão ser utilizadas em outros campi.

A teoria principal que sustenta este trabalho é o materialismo histórico-dialético, percebendo os indivíduos dentro dos grandes processos históricos nos quais estão inseridos. Também foram utilizadas contribuições de autores diversos no que se refere a discussão de conceitos e teorias acerca dos temas: trabalho, educação, educação profissional e tecnológica, racismo, identidade e outros.

Os dados coletados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, o que permitiu uma aproximação e melhor compreensão do sujeito e sua história, de seus valores e sua visão de mundo. Ainda, do contexto social e histórico dos quais surgem sua identidade, negritude e resistências na relação de poder que se estrutura a sociedade de classe, raça e gênero. É a oportunidade de conhecer os sentidos que os estudantes dão a esse processo e como se percebem nas estruturas sociais que mantêm o racismo, como por exemplo, a escola.

Cumprir esclarecer que no planejamento inicial foi cogitada a utilização da Análise de conteúdo junto com a Análise do Discurso, a fim de ampliar o entendimento e conhecer melhor a realidade do objeto desta pesquisa. Todavia, não haveria tempo hábil para adquirir conhecimento e aplicação de ambas as técnicas na análise dos dados.

Diante dessas experiências obtidas, a partir das modificações do planejamento preliminar desse estudo, avalia-se que a pesquisa é uma intenção e pode ser modificada ao longo de sua realização. Isso reflete a natureza dinâmica e flexível do processo de investigação científica. Embora o projeto de pesquisa estabeleça um plano inicial, ele não é uma regra rígida e imutável.

As conclusões foram articuladas com questões macrossociais, buscando a totalidade na análise. Também se avaliou os resultados desse estudo de forma que se pôde apontar as dificuldades a serem superadas e novas ações possíveis de serem adotadas na gestão da política de ações afirmativas e da assistência estudantil do IF Sudeste de São João del-Rei.

A partir desses resultados, esta pesquisa desenvolveu um produto educacional. Importa esclarecer que na preparação desta investigação foi definido um roteiro, a fim de realizar uma oficina criativa em parceria com profissionais convidados do teatro, música e outros, com o intuito de elaborar um vídeo de animação com as narrativas coletadas nas entrevistas individuais. Com a mudança da entrevista coletiva para a entrevista individual e o curto prazo para execução de todas as etapas de produção do vídeo, avaliou-se que seria mais adequado a realização de outro produto, sendo escolhido um almanaque. O propósito desse produto é possibilitar a reflexão da comunidade acadêmica acerca da temática do racismo e, com isso, favorecer o desenvolvimento de diversas ações institucionais de promoção ao debate sobre a população negra. Além disso, o produto visa cumprir o requisito deste curso de mestrado.

No quadro 1, apresentamos as fases da pesquisa com o seu planejamento e percurso de execução.

Quadro 1 – Fases de implementação da pesquisa continua

Fase	Procedimentos para coleta de dados	Local	Finalidade
------	------------------------------------	-------	------------

Exploratória	Levantamento	Levantamento e revisão de fontes teóricas sobre a temática da pesquisa	Google Acadêmico, periódicos Capes, Edu Capes, Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Fundamentação teórica
		Aplicação de questionário socioeconômico.	<i>Google Forms</i>	Investigação acerca de aspectos socioeconômicos dos participantes e de seus familiares.
		Entrevista individual com estudantes dos cursos integrados ingressantes por cota racial.	IF Sudeste MG – campus São João del-Rei	Investigação acerca da percepção do participante sobre racismo.
Aplicação	Planejamento	Elaboração do produto educacional.	Espaço virtual, com ferramentas e plataformas para desenvolvimento do produto.	Geração do produto educacional.
		Avaliação do produto educacional.	<i>Google Forms</i>	Verificar se o produto atingiu o objetivo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

## 5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Esta seção apresenta e discute os resultados dos dados coletados a partir da aplicação de questionário socioeconômico e da realização de entrevistas com estudantes negras e negros do ensino médio integrado do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei. Por meio desses instrumentos buscou-se compreender as trajetórias, interpretações e experiências de vida dos participantes da pesquisa e a relação que se estabelecem com as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil no IF Sudeste MG. Conforme já apresentado anteriormente, o objetivo central é compreender as contribuições das políticas de ação afirmativa e assistência estudantil para ingresso e permanência de estudantes negras negros, do ensino médio integrado do IF Sudeste MG, em São João del-Rei, a partir de seus percursos formativos.

As análises dos dados dos questionários e das entrevistas visaram entender contextos, motivações e o sentido que os estudantes atribuem as suas vivências. Dessa forma, para esta investigação é essencial compreender aspectos simbólicos, sociais e emocionais presentes nos relatos dos participantes da pesquisa. Porque mostram como as políticas da instituição afetam de maneira concreta a vida de estudantes negras e negros dentro da escola e nas suas relações fora dela.

Para tanto, optou-se por realizar a análise dos dados por meio do método elaborado por Lawrence Bardin, o qual é composto de três etapas. A primeira é a pré-análise, que consiste na organização do material e na realização de uma leitura flutuante. A segunda é a exploração do material, no qual se codifica e categoriza os dados. A terceira e última é o tratamento dos resultados, realizando descrições e inferências que levam às interpretações. Analisando as possibilidades de aplicação do método de Bardin, Moraes (1999, p. 2) explica que:

Como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação.

Para chegar até aqui e, assim, poder interpretar aspectos e fenômenos da vida social relacionados ao racismo foi necessário percorrer por alguns caminhos que pudessem orientar os rumos desta investigação. Um deles é o aporte teórico, elemento essencial para a apropriação de conceitos que permitem compreender o racismo e como ocorrem as desigualdades sociorraciais no Brasil, a fim de contribuir

para uma mudança nesta realidade. O mito da democracia racial, a política de embranquecimento e o racismo estrutural no país são debatidos com o propósito de evidenciar os impactos das desigualdades sobre a população negra. Destaca-se nesse cenário o papel do Movimento Negro para denunciar o racismo e cobrar ações do Estado brasileiro de reparação social à população negra.

Como resposta a tais reivindicações, tem sido essencial a formulação e implementação de políticas públicas destinadas a esse público. Historicamente, uma das lutas do Movimento Negro é pela inclusão da população negra na educação pública. A partir disso, salienta-se a implantação das ações afirmativas com a reserva de vagas para estudantes negras e negros, entre outros públicos, em instituições federais de ensino. Outra iniciativa a ser ressaltada é a publicação da lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que incluiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade do ensino da temática da História e Cultura Afro-Brasileira.

A compreensão dos processos sócio-históricos da formação da sociedade brasileira nos faz desejar romper com todas as formas de dominação, opressão e violência. Por isso, este estudo é uma forma de resistir e de somar a outras ações que questionam a realidade de pessoas negras, visando intervir nas desigualdades que recaem sobre elas. Nesse sentido, é fundamental evidenciarmos as lutas do passado e do presente e é uma motivação poder sermos agentes transformadores do que está posto. A partir disso, esta pesquisa busca ser uma ferramenta de reflexão crítica e de fomento a mudanças.

A partir das informações obtidas por meio do questionário socioeconômico e das entrevistas, buscou-se identificar as condições materiais, simbólicas e subjetivas que atravessam as trajetórias desses sujeitos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Vale a pena mencionar novamente que a amostra final da coleta de dados foi de 6 estudantes que responderam o questionário socioeconômico e 5 que foram entrevistados. Uma participante da pesquisa respondeu o questionário, mas não compareceu no instituto no dia da entrevista.

Para garantir o anonimato de cada participante, optou-se por renomear as respostas das entrevistas com a palavra Estudante seguida da numeração de 1 a 5, ou seja, Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3, Estudante 4, Estudante 5. Além disso, para fins de análise, os temas foram separados em três categorias, a saber: Sujeitos da pesquisa: espaços e territórios, Identidades e pertencimentos e Políticas e percursos formativos. As categorias construídas são dimensões interconectadas pelos

significados que se misturam nas experiências de origem, identidade, pertencimento e formação.

### **5.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – campus São João del-Rei: estrutura e história do local de estudo**

A pesquisa foi aplicada no IF Sudeste MG, campus São João del-Rei. O campus foi criado em 2009 e iniciou suas atividades em 2010. A cidade mineira de localização do campus, São João del-Rei, pertence a uma região conhecida como Campos das Vertentes, a 249 km da capital Belo Horizonte. É conhecida por seu patrimônio material e imaterial, além de ser uma cidade universitária por possuir duas instituições federais de ensino: o IF Sudeste MG e a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), além de outras instituições universitárias privadas. De acordo com a página eletrônica do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei,

A unidade está localizada ao lado do Parque de Exposições, onde ocupa mais de 9.000 m<sup>2</sup> de área construída. O Prédio 01 funciona nas dependências do antigo CAIC, compartilhando espaço com a Escola Municipal Damiano Fuzzato, já o Prédio 02 é dividido em 03 blocos. Conta atualmente com 25 salas de aulas, 05 laboratórios de informática e 10 laboratórios específicos de cada curso, além de uma biblioteca totalmente nova com cerca de 5.300 exemplares e o anfiteatro com capacidade para 250 lugares (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, 2021).

Abaixo seguem imagens (Figuras 1 e 2) do campus do IF Sudeste MG:

Figuras 1 e 2 do campus do IF Sudeste MG, São João del-Rei



Fonte: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sjdr/institucional/o-campus/galeria-de-fotos-do-campus-1>.

Atualmente, o IF Sudeste MG, campus São João del-Rei conta com cursos de diferentes modalidades e níveis, os quais estão apresentadas nos quadros 2 e 3:

Quadro 2 - Modalidades de ensino do IF Sudeste MG

<b>Modalidade de ensino</b>	<b>Cursos</b>
Integrado ao Ensino Médio <sup>6</sup>	Edificações
	Meio Ambiente
	Técnico Integrado em Informática <sup>7</sup>
Concomitante <sup>8</sup>	Informática para Internet
Subsequente <sup>9</sup>	Administração
	Controle Ambiental
	Enfermagem
	Informática
	Segurança no Trabalho

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações da página eletrônica do IF Sudeste MG, 2023.

Quadro 3 - Níveis de ensino do IF Sudeste MG

<b>Níveis de ensino</b>	<b>Cursos</b>
Especialização Técnica	Enfermagem do Trabalho
	Saúde do Idoso
Graduação	Gestão Ambiental
	Gestão de Tecnologia da Informação
	Gestão em Recursos Humanos
	Letras
	Logística
Pós-Graduação	Didática
	Trabalho Docente
	Engenharia de Segurança do Trabalho

<sup>6</sup> Nesta modalidade, o aluno faz o Curso Técnico integrado ao Ensino Médio, ou seja, ao mesmo tempo, e ambos no IF Sudeste MG. Para ingressar, o candidato deve ter concluído o Ensino Fundamental ou concluí-lo até a data da matrícula. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sjdr/cursos/tecnicos>. Acesso em 14 ago. 2023.

<sup>7</sup> A primeira turma do curso iniciou em 2025.

<sup>8</sup> Nesta forma de oferta, o aluno faz o Curso Técnico e o Ensino Médio também ao mesmo tempo, mas somente o curso técnico é feito do IF Sudeste MG. Assim, o aluno faz o Ensino Médio em outra instituição de ensino e, conseqüentemente, estuda em dois turnos diferentes. Para ingressar, o candidato deve ter concluído, pelo menos, a primeira série do Ensino Médio ou concluí-la até a data da matrícula. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sjdr/cursos/tecnicos>. Acesso em 14 ago. 2023.

<sup>9</sup> É o curso técnico voltado para quem já concluiu o Ensino Médio. Por isso, para ingressar nesta modalidade, o aluno deve ter este nível de escolaridade completo, ou completá-lo até a data da matrícula. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sjdr/cursos/tecnicos>. Acesso em 14 ago. 2023.

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações da página eletrônica do IF Sudeste MG, 2023.

O instituto divulga em sua página eletrônica o número de servidores Técnico Administrativo em Educação (Tae) e Docentes pertencentes ao seu quadro de referência. De acordo com a Carta de Serviços ao Cidadão (2024, p.9), em 2024, o quadro funcional do IF Sudeste MG contou com 49 Taes e 57 docentes efetivos. Atualmente, conforme informação dada pela diretora do campus, profa. Teresinha Moreira de Magalhães, são 45 Taes e 60 docentes.

No instituto as políticas e as ações de apoio ao discente são executadas pela Diretoria de Apoio ao Discente (Dirad). A Dirad é composta por três coordenações, quais sejam: Coordenação de Assistência Estudantil, Coordenação de Ações Inclusivas e Coordenação de Ações Afirmativas. De acordo com informações presentes na página eletrônica do IF Sudeste, campus São João del-Rei, as competências da Dirad e suas coordenações são, respectivamente:

- I. Atuar no processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como zelar pelo seu cumprimento;
- II. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na elaboração da Política de Apoio ao Discente na Instituição;
- III. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na implementação de programas e ações voltados ao apoio ao discente na instituição;
- IV. atuar e supervisionar a execução da política da Assistência Estudantil da Instituição;
- V. prospectar parcerias e oportunidades para o desenvolvimento e fortalecimento de ações de apoio ao discente;
- VI. orientar e supervisionar a execução de políticas e programas relacionados à assistência estudantil, às ações inclusivas e às ações afirmativas na instituição;
- VII. fomentar e promover o desenvolvimento de programas de capacitação dos servidores nas temáticas relacionadas ao apoio aos discentes, às ações inclusivas e às ações afirmativas;
- VIII. manter-se atualizada quanto às legislações que envolvam a assistência estudantil, as ações inclusivas e as ações afirmativas;
- IX. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;
- X. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais).

Na Coordenação de Assistência Estudantil há dois programas: Programa de atendimento aos estudantes em baixa condição socioeconômica e Programa de atendimento universal aos estudantes. De acordo com o Regimento Geral, são competências da Coordenação de Assistência Estudantil:

- I. propor e realizar, em conjunto com os campi e os campi avançados, programas e ações para melhoria das condições de acesso e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em toda a instituição;

- II. elaborar e propor, em conjunto com os campi e os campi avançados, programas e ações institucionais de natureza social que promovam a inclusão de comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social;
- III. assessorar os campi e os campi avançados na elaboração de projetos na área de assistência estudantil;
- IV. apoiar e dar suporte aos campi e aos campi avançados no atendimento aos discentes em situação de vulnerabilidade social;
- V. atuar na supervisão da execução e operacionalização da política da assistência estudantil na instituição;
- VI. propor e realizar ações de capacitação dos servidores da instituição quanto aos temas da assistência estudantil;
- VII. atuar na elaboração de ações que favoreçam o desenvolvimento do estudante em seus aspectos psicológicos, sociais e acadêmicos;
- VIII. manter-se atualizada quanto às legislações referentes à assistência estudantil;
- IX. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;
- X. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais).

A Coordenação de Ações Inclusivas tem como público-alvo além dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, todos os alunos que possuam alguma necessidade educacional específica diversa, ainda que provisória. De acordo com o Regimento Geral são competências da Coordenação de Ações Inclusivas:

- I. atuar na elaboração e supervisão da operacionalização da política de educação inclusiva;
- II. implementar, em conjunto com os campi e os campi avançados, projetos e ações educacionais de reconhecimento e respeito à educação inclusiva;
- III. assessorar os campi e os campi avançados nos assuntos relacionados à educação inclusiva;
- IV. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na promoção de grupos de estudo e discussões que favoreçam e estimulem a educação inclusiva;
- V. assessorar os Núcleos de Ações Inclusivas (NAI) dos campi e campi avançados no atendimento do público-alvo da educação especial;
- VI. propor e realizar ações de capacitação dos servidores da instituição quanto aos temas da educação inclusiva; VII - manter-se atualizada quanto às legislações referentes à educação inclusiva;
- VII. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;
- VIII. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais).

Em relação à Coordenação de Ações Afirmativas, esta compõe os estudos e trabalhos relativos às ações afirmativas no âmbito do IF Sudeste MG os subgrupos dos negros, quilombolas, indígenas, das mulheres e dos LGBTQIA+. Assim, tem-se:

- O grupo de trabalho (GT) sobre as Mulheres;
- O grupo de trabalho (GT) sobre os LGBTQIA+;
- O grupo de trabalho (GT) sobre os quilombolas, negros e indígenas;
- Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas – os Neabi's (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais).

De acordo com o Regimento Geral, são competências da Coordenação de Ações Afirmativas:

- I. atuar na elaboração e supervisão da operacionalização da política de ações afirmativas;
- II. implementar, em conjunto com os campi e campi avançados, projetos e ações educacionais de reconhecimento e respeito à diversidade;
- III. assessorar os campi e os campi avançados nos assuntos relacionados às ações afirmativas;
- IV. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na promoção de fóruns, grupos de estudo e discussões sobre as ações afirmativas e o respeito à diversidade.
- V. propor e realizar ações de capacitação dos servidores da instituição quanto aos temas das ações afirmativas e diversidade;
- VI. manter-se atualizada quanto às legislações referentes às ações afirmativas;
- VII. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;
- VIII. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais).

O conjunto de ações descrito acima garante permanência e oportunidades no espaço educativo do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei, que é um ambiente formador não só de profissionais, mas também de cidadãos críticos. É a ideia da educação pública, plural e transformadora. Além disso, são ações que contribuem para afirmação de identidades e o resgate histórico da sua formação, para dar visibilidade a trajetórias silenciadas e afirmar o protagonismo negro. É a possibilidade que todo estudante que passe por esse ambiente se reconheça como agente de transformação social.

## **5.2 Os sujeitos da pesquisa: espaços e territórios**

O objetivo desta categoria é entender quem são os participantes da pesquisa, qual é a sua origem, de qual lugar falam, em quais lugares constroem suas trajetórias de vida. Nesse sentido, contextualizamos que os sujeitos da pesquisa são estudantes negras e negros, de cursos técnicos integrado ao ensino médio, nas áreas de Edificações e Meio Ambiente. De acordo com as respostas registradas por eles no questionário socioeconômico, as idades são de 17 e 18 anos, cada idade com 3 participantes. Sobre o responsável legal dos participantes, foram declarados mãe, pai e padrasto.

Em relação ao local de nascimento dos estudantes, 1 declarou ser natural do Rio de Janeiro/RJ, 3 são de São João del-Rei/MG e 2 de Carandaí/MG. Todavia, a moradia atual de alguns difere do local de nascimento: 2 residem em Prados/MG, 2 residem em distritos de São João del-Rei e 2 na cidade de São João del-Rei. Cumpre esclarecer que a análise do território abordada neste estudo não trata apenas o espaço físico, seja da instituição ou do local de moradia dos sujeitos, mas também a compreensão do aspecto simbólico e político que ele carrega, local onde se vivem experiências, de pertencimento, de formação de identidades e ainda onde se resistem às dificuldades.

A partir da construção do referencial teórico, foi possível perceber por meio das ideias de Stuart Hall (2006) e Milton Santos (1998) que o território é um espaço de significados, de práticas e disputas, no qual as pessoas criam sentido para a sua existência. Assim sendo, no contexto da EPT, deve-se pensar que o espaço institucional é mais do que um lugar de ensino - ele é um espaço de possibilidades, encontros e reconhecimentos. Também é um espaço de tensões que atravessam as experiências de estudantes negras e negros que acessam as políticas de ações afirmativas e assistência estudantil.

Por isso, é importante entender quem são esses sujeitos: suas origens, suas condições socioeconômicas e os seus vínculos com o território, pois isso permite compreender as desigualdades estruturais que os afetam no acesso e na permanência na EPT. Simultaneamente, é essencial reconhecer as potencialidades que emergem desses sujeitos quando eles ocupam e atribuem novos significados aos espaços da instituição, afirmando suas próprias formas de ser e de estar no mundo.

Os relatos abaixo mostram os significados atribuídos pelos estudantes em relação a inserção/mudança de território para uma nova experiência na Educação Profissional e Tecnológica.

Eu acho que, tipo, o primeiro, primeiras semanas, os primeiros meses foi bem ruizinho. Foi tipo assim, porque até a gente se encaixar, a gente fica. Porque eu, a minha sorte é que eu vim com um grupinho de amigas que eu já tinha, aí a gente já fez a prova e veio junto. Então não foi tão ruim. Mas mesmo assim tinham medo de a gente não fazer amizades, a gente não gostar daqui, a gente não dar conta, mas passou e a gente se encaixou aqui, a gente gosta. (...) eu fiquei com medo, né, de não me encaixar, de não dar conta. Mas ao mesmo tempo eu estava tipo, muito animada, né? Porque era uma coisa diferente. Ensino melhor, eu quis vim. (Estudante 1)

Sou de Carandaí aí é tipo, é perto, mas não é tão. (...) no primeiro mês, eu ia e voltava todo dia, só que aí cansava muito, né? Eu tinha, é, uma hora e meia de viagem pra vim. Aí eu ficava estressada, porque aí tinha que, chegava

atrasada na escola. Aí na hora de ir embora eu chegava tarde em casa, tinha que fazer as coisas do lfe e acordava cedo depois. Era difícil.

Aí eu vim para cá com meu padrasto, só aí minha mãe ficou. Eu tipo assim, é muito diferente, sabe? Você tá numa casa cheia, com todo mundo e do nada você fica sozinha (choro) numa cidade que você não conhece ninguém e, tipo, a minha família inteira estava lá. Eu não conheci ninguém no começo, no primeiro ano, eu falei, não vou ficar mais, vou embora.

Só que aí. Já tinha passado, já tinha feito meu padrasto vim. Eu falei, não, vou ficar. (...) Aí ele voltou, aí eu fiquei sozinha, aí eu fui para uma República. No começo foi muito difícil, né? Claro, ficar sem a minha mãe e tals ficar sozinha, né? Ter que se virar, né? Fazer tudo sozinha, comida, casa, escola. Mas assim, eu acho que até então eu estou me adaptando agora.

Mas, tipo, eu acho que foi bom porque eu tenho uma noção de que eu não vou ter minha mãe pra sempre e eu vou ter que aprender a me virar sozinho um dia, uma hora ou outra. (...) Eu vou ter que aprender a me virar, tipo, me ajudou a crescer um pouquinho, mas eu acho que crescer antes da hora é ruim. Mas acho que foi importante. Eu tinha que vim pro lfe, né? Porque é melhor eu vim para cá e ficar sozinha e passar tudo que eu passei do que eu ficar numa escola que assim, não que seja ruim a educação pública, mas a gente vê que tem uma diferença muito grande do lfe e que o lfe vai me ajudar muito. (Estudante 2)

Eu tive muito medo, assim, porque era uma, é escola diferente, era pessoa diferente, porque a escola que eu estudava, eu estudava com as pessoas desde pequenininha, então todo mundo já me conhecia. Então aqui eu fiquei com muito medo de sofrer racismo, que eu, eu vou falar da minha, da minha experiência de vida. Eu sempre vivi muito numa bolha, então não posso chegar e falar que, nossa eu sofri um racismo gigante, nunca me é, graças a Deus nunca me aconteceu de, de nada parecido que aconteceu com a minha mãe, nada de parecido que acontece com as pessoas. Então quando eu cheguei aqui eu fiquei com muito medo de tipo, aconteceu o que acontece com a minha mãe, com alguns familiares que tem na minha família.

Então, eu tava com muito medo mesmo. Só que aqui foi tudo muito tranquilo assim. É lógico que tem umas coisas ali, outras aqui, mas graças a Deus foi tudo muito tranquilo. Mas a principal coisa que eu senti foi medo, assim, muito medo mesmo. (Estudante 4)

Os estudantes participantes da pesquisa possuem realidades sociais, econômicas e culturais diversas e a presença deles na EPT evidencia a importância da expansão da educação pública articulada a políticas de acesso e permanência. Ao mesmo tempo é possível identificar ainda as desigualdades estruturais que fazem parte da nossa sociedade e que impactam a permanência e a formação integral desses estudantes. Por meio da coleta de dados, com o questionário e a entrevista, ficou demonstrada as histórias de mudanças, distâncias geográficas e os desafios diários que esses estudantes enfrentam para se inserirem em um espaço institucional historicamente excludente.

Os participantes da pesquisa enfrentam deslocamentos entre cidades, distritos e bairros de São João del-Rei distantes do IF Sudeste MG. Abdicam do convívio familiar cotidiano e de estarem no seu território - lugar onde se sentem seguros, e pertencentes - para estudar. Sofrem os medos da inserção em um novo território, das

novas relações e de não ter um bom desempenho no novo espaço educacional. Concomitantemente, mostram ainda as expectativas para acessar uma educação pública federal que é reconhecida pela sua qualidade. Para eles, o IF Sudeste MG é um lugar de novas possibilidades, de manutenção de laços, assim como um espaço para estabelecimento de novos vínculos e caminhos.

Assim, eu fiquei com medo, sabe? Eu tenho medo até hoje. Assim, eu ando só em lugar movimentado, porque minha mãe sempre fala: (...) anda em lugar onde tem movimento, hein? Oê pititinha desse jeito, imagina! Eu tenho muito medo por de andar sozinha na rua ainda. Até hoje. Ainda mais que São João del-Rei tá bem perigoso, né? Esse tempo pra trás. Aí, eu tenho medo de andar sozinha na rua, uma coisa que eu não tinha lá no Rio das Mortes, eu andava pra todo lado, até sozinha. Ia de bicicleta porque na onde eu moro, até eu chegar no, no centro, assim, do Rio das Mortes, é, de bicicleta eu gasto uns 5 minutos, a pé, eu gasto uns 15 minutos. (...) minha família lá mora todo mundo perto. Então a gente vê todo mundo todo dia. Aí eu chego em casa e já não tenho mais ninguém lá da minha família que eles descem lá, porque eu moro com a minha avó. Moro eu, minha avó, meu vô, minha mãe, meu pai, minha irmã. (...) meus tios, meus primos descem pra ver minha avó, meu vô, como é que eles tá. Aí toma café todo dia.

E assim faz falta, porque eu só chego em casa de, de noite, igual segunda e sexta, terça também hoje eu vou chegar de noite, 7 horas. (...). (Estudante 5)

O relato acima nos faz refletir acerca da conexão entre o território de origem e o território escolar, mostrando que o percurso formativo é também um percurso territorial. Milton Santos (2007) nos esclarece que o território é mais do que o espaço físico, ele é um espaço humano, de relações profundas entre o homem e o seu meio. Dessa forma, o instituto é um território onde se encontram realidades plurais e onde os sujeitos vivenciam experiências de pertencimento. Nesse caminho, o espaço escolar humanizado, que acolhe as diversidades fortalece o sentimento de pertencimento e identidade de estudantes negras e negros a EPT.

(...) assim que eu já fui me acostumando e tals, eu me senti acolhida, porque eu acho que o pessoal aqui é bem acolhedor, sabe? Tipo, os alunos em si, os professores também, tem alguns que são muito acolhedores. (Estudante 2)

Ah, assim aqui, quando nois chegou aqui, o pessoal que já e os mais velhos eram veteranos, é muito acolhedor lá também nos lugares pequenos também é assim (local de moradia do estudante). Aí as acolhe e aí se for fazer jogar alguma coisa já chama. Acho que mais isso. Ah, eu acho que de todo mundo, assim, é todo mundo é bem carinhoso tudo que você precisa pode ir lá quem ele tá atento para responder. (Estudante 3)

Me senti bem acolhida, porque, como eu disse, eu estava com medo. Aí eu cheguei, as pessoas foram conversando aqui. Aqui todo mundo é muito acolhedor, sabe? Me senti bastante acolhida. Foi bem tranquilo. (Estudante 4)

eu tinha muita vergonha. Eu fui ter mais contato assim. Eu ficava muito com as meninas do Rio das Mortes que veio comigo, porque aí a gente meio que ficava junto. Só que a partir de um certo tempo, todo mundo vai conhecendo as pessoas. E eu fui. Elas foram fazendo amizade e eu fui começar a fazer

amizade só depois do meio do ano e, assim, é eu, meio que consegui é superar isso, né? (Estudante 5)

As falas dos estudantes mostram que, para acessar a EPT, necessitam superar as barreiras da transição entre o lugar de origem e o novo espaço. Também precisam superar as barreiras simbólicas de um lugar historicamente negado à população negra. Por isso, é um espaço de resistência e de construção de novos significados e experiências. Nesse sentido, se estabelece uma relação entre território, acolhimento e pertencimento nos institutos federais ao se considerar os elementos concretos e simbólicos em que se realiza o direito à educação de estudantes oriundos de diferentes contextos sociais, culturais e raciais.

A EPT se propõe à formação integral, logo, é essencial a problematização das condições dos estudantes para promover equidade. O ambiente escolar não se restringe ao espaço físico da instituição. Ele representa um espaço em que há o encontro entre diferentes trajetórias, memórias e desigualdades históricas. Nessa perspectiva, Marise Ramos (2014, p.116) reitera sua compreensão sobre a EPT ao dizer que,

Insistimos na politecnia (...) como uma concepção que compreende o trabalhador como sujeito de realizações, de conhecimentos e de cultura, capaz de transformar a realidade dada em realidade para si. (...) (...) a concepção aqui defendida afirma a educação como meio pelo qual as pessoas se realizam como sujeitos históricos que produzem sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

A partir disso entende-se a importância do acolhimento institucional aos estudantes negros e negras, reconhecendo que esses sujeitos não chegam no território escolar desprovidos de história, valores, saberes e cultura. Eles carregam as marcas de seus territórios de origem e as vivências daquele lugar, as quais devem ser legitimadas e afirmadas pelo instituo como parte do ambiente escolar e de toda a sociedade.

Nessa perspectiva, é importante visibilizar que os participantes da pesquisa declararam, majoritariamente, que consideram a casa como o território ao qual pertencem. Dos 5 entrevistados, 4 estão ligados ao território do ambiente familiar e comunitário. Para 1 estudante, as experiências ocorridas em razão da mudança de cidade para estudar no instituto deram a ela novos significados sobre pertencimento. Segundo a estudante, “Acho que já sou sem território, o lugar que eu tiver, tá bom” (Estudante 2).

A fala da Estudante 2 estimulou uma reflexão a partir das análises de Stuart Hall (2003) sobre identidade. O autor pontua que a identidade no sujeito moderno não é fixa, mas se constrói a partir das experiências e das posições que ocupa no mundo social. Nessa direção, compreende-se que o sentimento de pertencimento a algum território também é construído e reconstruído nas experiências de cada sujeito e de cada lugar que ocupam. Logo, as vivências da Estudante 2 deram a ela a compreensão de que o pertencimento a um território não é permanente e estável, o que lhe possibilita pertencer a territórios diferentes.

Nesse cenário, o direito à educação não é apenas ter acesso à escola. Para tanto, é necessário garantir que os estudantes possam permanecer com dignidade e se sentir pertencente ao ambiente do instituto. Sem a existência de políticas que considerem as condições territoriais e raciais dos estudantes o combate às desigualdades estruturais do racismo fica comprometido. Como debateu Milton Santos (1996), o território é o espaço no qual a vida acontece em sua completude. Logo, pensar no direito à educação sem pensar no território é não aceitar as materialidades e subjetividades que influenciam o percurso formativo dos sujeitos.

### **5.3 Identidades e pertencimento**

A categoria identidades e pertencimento visa entender as dimensões simbólicas, culturais e afetivas que formam os participantes da pesquisa e busca compreender ainda como eles percebem o sentimento de pertencimento nas vivências dentro e fora do ambiente escolar. No que se refere a identidade e pertencimento étnico-racial, todos os estudantes que responderam ao questionário afirmaram que se consideram negros. Em relação ao pertencimento étnico dos pais ou responsáveis, as respostas indicaram negro e branco. Sobre a orientação sexual, 4 estudantes se declararam como heterossexual e 2 preferiram não declarar.

Como já analisado na seção de Identidades e Negritudes, Munanga (2019) e Stuart Hall (2006) analisam o tema identidades e indicam a complexidade de se pensar a sua formação. Para eles, a construção das identidades é um processo contínuo, que leva o sujeito a passar por mudanças e transformações, influenciado por fatores sociais, culturais e históricos. Os autores convergem que as identidades são atravessadas por diferentes marcadores como raça, gênero, classe, território e outros.

Nesse sentido, as falas dos estudantes demonstram que o pertencimento à instituição é tensionado por experiências de reconhecimento e de exclusão. Em se tratando de estudantes negras e negros, é fundamental considerar que seus percursos formativos, muitas vezes, envolvem obstáculos em razão do racismo institucional e das desigualdades históricas impostas pelo racismo estrutural. Os relatos abaixo evidenciam a complexidade da formação das identidades:

(...) às vezes eu não sei se eu me encaixo tanto ou não, porque tipo assim, eu sou parda, né? Eu não sou negra, mas eu gosto bastante. (...) antes eu não tinha tanta noção que apesar de que eu sou mais clara, ainda me encaixo. Aí depois que eu vim para cá que eu percebi mesmo. (Estudante 1)

Em questão de tipo, de cor, eu acho que valorizou, porque antes eu tinha tipo, não sei, sabe? Eu não me via muito como uma pessoa pardo, negra assim, porque eu ficava aí, eu não sou nem tão escura assim, não sei. Mas acho que quando você vem, você vê que tipo. Não tem. Você é assim, você nasceu assim. Você vai ser assim. Você é assim. Acho que você tem que aceitar o jeito que você é, sabe? Acho que ajudou a me valorizar, tipo enxergar com uma pessoa parda, com uma pessoa de cor, sabe? (Estudante 2)

Lélia Gonzalez (2020) faz uma análise assertiva a respeito da construção da identidade negra diante do contexto de negação do racismo. Sua contribuição intelectual e militante para quebrar a ideologia hegemônica racista e sexista segue fundamental para compreendermos nossa sociedade e as relações nela são estabelecidas. Nesse sentido, o trecho abaixo traz uma reflexão necessária da autora sobre a identidade, que converge com os depoimentos das participantes da pesquisa.

Na visão de Lélia, portanto, ao silenciar o trato da questão racial e étnica nas salas de aula dos diferentes níveis de ensino, ao ignorar essa população e seus descendentes, o sistema reforçava eficientemente a ideia da falsa democracia racial brasileira, mascarando ao mesmo tempo o forte preconceito e as diferenças institucionalizadas há séculos. Uma falsa igualdade, portanto, fortemente marcada pelo desrespeito às diferenças!

Consequentemente, argumentava ela, o processo de “embranquecimento” desenvolvido por anos a fio, acabava por dificultar a resistência de homens e mulheres afrodescendentes que, assim, acabavam impedidos ou com grande dificuldade de se perceberem como tais: negros/as e excluídos/as. E acrescentava a complexidade ainda maior para aquelas que, além de negras, eram também do sexo feminino! (Almanaque Pedagógico 2024, p.48)

Desse modo, Lélia nos chama a atenção para o contexto no qual a construção da identidade da população negra foi, e ainda é afetada. A democracia racial permanece como discurso ideológico da negação da existência do racismo e o “embranquecimento” da população, estimulado em outras décadas, continuam como parte do racismo estrutural. Este marginaliza, desvaloriza e apaga a identidade da população negra, buscando uma homogeneização desses sujeitos a partir de corpos brancos europeus como referência a se alcançar.

Nessa direção, vale destacar uma frase de Lélia pertinente à discussão aqui proposta: “A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora (...)” (Barreto, 2019). Essa frase simboliza o lugar da construção da identidade: no cotidiano, nas resistências, nas relações que são estabelecidas, no momento histórico, ou seja, na vivência de negras e negros na nossa sociedade racista. Dessa forma, o pensamento de Lélia, Stuart Hall e Kabengele Munanga caminham para uma análise reflexiva, crítica e de valorização das identidades.

Neste caminho, vale ressaltar que, no contexto da EPT, o contato com políticas afirmativas, coletivos estudantis e espaços de convivência podem se tornar experiências de re(existência), afirmação e fortalecimento da identidade negra, conforme relatos a seguir:

(...) Acho que o Instituto me ajuda muito a acreditar em mim mesmo, sabe?  
 (...) Eu acho que, tipo assim, muitas vezes eu não, eu nem pensei que ia passar aqui, eu não acreditava em mim mesma, eu tinha muita dificuldade de me relacionar com as pessoas. (...) E aí eu acho que isso também me ajuda muito, principalmente os projetos, me ajudou bastante, que apesar de ter do hip hop, acaba envolvendo, querendo ou não, a cultura, a cultura preta (...).  
 (Estudante 4)

(...) Aqui ajudou muito sobre isso, em questão de raça também, porque a gente luta muito. Tanto assim, igual, tem o Grêmio estudantil, eu faço parte e a gente conversa muito sobre isso e trata muito sobre isso também, sobre raça e gênero. (...) eu participei da na última, no último Enneabi teve que foi aqui. É aí a gente veio, participei de tudo, fui até na palestra do Nego Bispo, eu acho, lá no teatro. E assim foi uma oportunidade bem boa, porque a gente tava auxiliando, tava ajudando todo mundo. (...) (Estudante 5)

As falas das estudantes mostram a importância dos espaços e das ações direcionadas aos estudantes, sobretudo para a população negra, que em razão do racismo estrutural e institucional enfrentam mais desafios para acessarem e permanecerem na educação. Demonstrem ainda o sentimento de pertencimento promovido pela participação nas atividades propostas pelo instituto. Também evidencia a construção positiva das potencialidades, a aproximação com a temática racial e o olhar crítico, político e atento as questões que atravessam esse marcador. Todos esses elementos colaboram para a construção das identidades individual e coletiva de estudantes negras e negros.

Diante disso, é essencial considerar que as identidades e o sentimento de pertencimento são aspectos fundamentais para a permanência de negras e negros na EPT. É preciso oferecer recursos materiais, assim como políticas simbólicas que valorizem o lugar do estudante negro nesse espaço. Logo, o reconhecimento da

instituição e o fortalecimento em grupo se apresentam, dessa forma, como fundamentos de uma educação que valoriza a presença negra nos institutos federais.

#### 5.4 Políticas e percursos formativos

Neste momento, analisaremos a categoria políticas e percursos formativos com o propósito de compreender como as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil afetam o percurso formativo dos participantes da pesquisa. É importante esclarecer que todos os estudantes analisados ingressaram no IF Sudeste MG, campus São João del-Rei, por meio de ação afirmativa racial. Do total de 6 estudantes que responderam ao questionário, 5 ingressaram por cota para egresso de escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena independente da renda familiar e 1 ingressou por cota para egresso de escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena, com renda mensal familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita.

Em relação ao acesso à assistência estudantil, 5 afirmaram que recebem R\$ 280,00 de auxílio dessa política. Todavia 1 aluna não foi contemplada, apesar de ter sua análise socioeconômica deferida. Nesse caminho, vale pontuar que a Política Nacional de Assistência Estudantil é financiada por meio do repasse de recursos do governo federal para as instituições de ensino. A realidade das políticas sociais no Brasil é de financiamento insuficiente para atender as demandas impostas pelas desigualdades socioeconômicas que estruturam a sociedade. Em análise do contexto de financiamento da educação pública, a União Nacional dos Estudantes (UNE) aponta que,

O ano de 2025 escancara, mais uma vez, a fragilidade estrutural do financiamento da educação pública no Brasil. O recente Decreto nº 12.448 do governo federal, publicado em 30 de abril de 2025, impõe um cronograma de execução orçamentária que, na prática, impulsiona o sucateamento das instituições federais de ensino e as paralisa. A medida libera apenas 1/18 do orçamento discricionário até novembro, deixando o grosso do recurso para ser executado em dezembro, **como se fosse possível garantir assistência estudantil, bolsas, luz, água, funcionamento de restaurantes universitários e manutenção da infraestrutura básica com as verbas atuais.** (Grifo nosso)

Enquanto avançamos na luta pela educação, e conquistamos políticas que permitem a democratização do acesso e permanência no ensino superior público, vemos um grande embargo quando se trata de orçamento. Embora o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 tenha previsto um aumento de 10% para a educação, o valor de R\$177 bilhões continua insuficiente frente às demandas da rede federal e muito abaixo da meta dos 10% do PIB prevista no Plano Nacional de Educação. O Congresso Nacional por sua vez não nos ajudou, com  $\frac{2}{3}$  dos parlamentares sendo de direita, a atuação dessa maioria

no debate orçamentário foi primordial para que a LOA fosse aprovada aprofundando o déficit orçamentário para a educação (UNE, 2025).

A limitação de recursos financeiros impede o cumprimento do art. 1º da Política Nacional de Assistência Estudantil, pois sem a assistência estudantil não se cumpre a “finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.” (Lei 14.914/2024). Nos depoimentos, os participantes relataram a existência de bolsas acadêmicas remuneradas, as quais também são fonte de manutenção no instituto. Para aqueles que recebem o auxílio, ainda que em valor não condizente com as suas necessidades, a assistência estudantil cumpre um papel importante, conforme os relatos a seguir:

(...) a bolsa ajuda também, porque querer ou não, as pessoas que geralmente não tem tantas condições, são a gente, que é preto, entendeu? Então acho que me ajudou a enxergar esses tipos de coisa e tal. (Estudante 4)

Eu venho de Prados aí sem assistência ia ser mais difícil eu pagar transporte, alimentação aqui e, não que tipo assim, eu não ia conseguir de jeito nenhum entrar sem a cota. Mas a cota ajudou muito. (Estudante 1)

Os estudantes relataram ainda que contam com o apoio financeiro da família para conseguirem permanecer no instituto. Isso ocorre em razão dos valores insuficientes do auxílio da assistência estudantil e ainda porque o período de pagamento do auxílio é de março a dezembro, conforme informações do Edital nº 13/2025, de 28 de março de 2025. Seguem abaixo alguns relatos da entrevista sobre o assunto tratado:

A minha mãe sempre me ajuda e também eu recebo o Pé de Meia, aí tá dando. (Estudante 1)

Aí é minha mãe. É, mas eu também participo de outro projeto de pesquisa. (Estudante 3)

Então, no momento, eu tô sem bolsa nenhuma. Eu era para eu receber umas três bolsas diferente. Eu recebo do governo, Pé de Meia. Eu recebo de um projeto que eu faço, que é do hip hop e recebo o estudantil daqui. Só que o Pé de Meia eu não estou recebendo, eu não tô fazendo projeto ainda e aqui não está pagando, então eu tô dependendo da minha mãe mesmo. Eu tinha um dinheiro até sobrando, aí eu cabei com o dinheiro porque eu tenho que vim pra escola. (Estudante 4)

Nesse sentido, vale destacar o perfil da renda total familiar dos estudantes, de acordo com os dados do questionário socioeconômico, a saber: 2 estudantes declararam que a renda da família está acima de meio até um salário-mínimo (R\$ 759,01 até R\$ 1.518,00), 2 estudantes registraram a renda familiar acima de um salário-mínimo até dois salários (R\$ 1.518,01 até R\$ 3.036,00), 1 estudante declarou que a

renda familiar está acima de dois salários mínimos até três salários (R\$ 3.036,01 até R\$ 4.554,00) e 1 estudante informou a renda familiar acima de três salários mínimos até quatro salários (R\$ 4.554,01 até R\$ 6.072,00).

As declarações dos estudantes mostram a importância do auxílio financeiro da assistência estudantil para permanência no instituto. Também apontam para a articulação de outros auxílios que possam suprir ou servir de apoio para a permanência. Todavia os recursos de outras bolsas geridas pelo instituto poderiam ser pagos também durante os meses em que não há repasse financeiro da assistência estudantil. O período sem pagamento das bolsas interfere na renda familiar. Este estudo não abarcou a discussão de gênero. No entanto, os relatos despertaram a atenção para a figura feminina, no caso a mãe, que se responsabiliza pela contribuição financeira para permanência dos filhos na escola.

Consoante ao que foi discutido na seção destinada à política de assistência estudantil, cabe reafirmar que tal política não visa apenas garantir condições materiais dos estudantes. Junto com as ações afirmativas e outros programas, projetos e serviços, ela é uma ferramenta de justiça social e de democratização do ensino, admitindo as desigualdades históricas que marcam a vida de estudantes negras e negros pobres. No contexto do racismo estrutural e institucional, de acordo com as análises de autores como Sueli Carneiro (2023) e Silvio Almeida (2018), a educação também é afetada pelas desigualdades estruturantes - sociais, econômicas, políticas e culturais - desse cenário. Em outras palavras, o racismo estrutural e institucional organiza a sociedade de modo que a população negra e pobre enfrente obstáculos históricos no acesso aos bens e direitos, inclusive à educação

Por isso, é importante analisar os percursos formativos sob o panorama das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil, a fim de compreender o que as políticas propõem e o que os sujeitos vivenciam por meio delas. Nessa relação, surgem as narrativas de superação, pertencimento e transformação, que materializa a luta histórica por uma educação emancipatória. Nas falas a seguir, os estudantes evidenciam a importância dessas políticas:

Eu acho muito importante ter, até porque, tipo assim, é pela cor, acaba, tipo assim, tendo uma desvantagem no ensino. Tipo, não, talvez não diretamente, mas acaba tendo. Então eu acho muito importante ter. Sem a cota, talvez eu não tivesse entrado aqui, por exemplo. (Estudante 1)

(...) quando eu falei que eu internei, eu tava no nono ano, então eu perdi muita matéria. Eu acho que se não fosse pelas ações não tinha entrado. (Estudante 3)

Eu ficava meio na dúvida, porque eu não sabia o que que tinha. Eu achava que realmente também era uma coisa meio que discriminando a gente, que, ah, porque é preto não deve estar no mesmo patamar do que as outras pessoas. Eu achava que era isso também. (Estudante 4)

Mas assim o lfe me trouxe é tanto felicidade quanto é, assim, eu já, assim, eu entrei no lfe aqui eu tive que ter acompanhamento psicológico, porque é muito pesado aqui, então, eu tive que ter acompanhamento, e eu tô tendo uma alergia de tanta ansiedade, porque é muita prova e as provas deixa a gente muito ansiosa. Toma, é, é isso. Era uma coisa que eu não tinha na minha antiga escola. (Estudante 5)

Os relatos demonstram como as políticas em questão interferiram positivamente na trajetória formativa desses estudantes. São políticas que devem caminhar no sentido de garantir o acesso, a permanência e a formação integral na EPT. Para tanto, é indispensável que lhes sejam asseguradas condições materiais, subjetivas e simbólicas.

O contato com essas políticas transforma os percursos formativos, ampliando as maneiras de ver o mundo. O compromisso institucional com uma educação antirracista e integral favorece o sentimento de pertencimento dos estudantes com aquele lugar. Conforme Nilma Lino Gomes (2024) apontou, é importante que o espaço escolar dialogue com culturas plurais que compõem nossa sociedade. Quando comprometido com a equidade racial, o ambiente da EPT torna-se um território de construção de novos saberes, visão de mundo e projetos de vida que reconfiguram as trajetórias educacionais.

A gente tinha uma professora de história que ela tentava ter muito debate assim sobre tipo, assédio, desigualdade, essas coisas assim, teve uma vez que ela até fez um, uma dinâmica sobre desigualdade, tipo, a gente ficava no final da quadra e ela ia falando algumas coisas aí quem tinha ia andando, e a gente via quem tinha mais oportunidade e quem não tinha. Ela várias vezes trouxe tipo, meio que oficinas aqui na escola, tipo comidas típicas de não sei o quê para a gente tentar fazer, sabe?

Eu acho que a dinâmica da professora sobre desigualdade, tipo, eu consigo reparar muito na minha antiga escola de como era diferente, sabe? A as classes e tudo. E como tipo meus irmãos falam, a minha família fala de como o mundo é diferente, como um de desigual. (Estudante 2)

Meu pai falava que era muito difícil (se referindo a oportunidades no passado), que hoje nois tem tudo de mão beijada, praticamente, ele fala. (...) Porque direito, aí há previsão (sobre as cotas) (Estudante 3)

A Priscila a gente discutia bastante sobre racismo, sobre cota, a gente teve uma discussão sobre cotas, se se a sala achava é que era preciso cota ou não. Eu não vou lembrar muito bem. A da Jana a gente trabalhou no livro *Aveso da Pele*. Ela falava muito sobre a cultura africana também.

Tinha um projeto aqui de mitologias do Sul. Era um projeto bem legal. Ele aprofundava na, nessas coisas assim, mais cabou o projeto. (...) eu faço um projeto sobre hip hop, fala muito também sobre a cultura preta,

na minha escola não falava tanto sobre, é, racismo, essas coisas assim. Então aqui eu comecei a entender melhor sobre essas coisas (Estudante 4)

Os depoimentos revelam o papel desempenhado pela EPT do IF Sudeste MG na construção crítica dos participantes da pesquisa. Com o acesso às ações afirmativas e assistência estudantil, os estudantes puderam se conectar a uma dimensão ampla da educação, que não se restringe ao conhecimento apenas para o trabalho. É possível perceber que, em alguma medida, eles estabeleceram a relação entre as questões raciais, a própria identidade e pertencimento, as experiências vividas, as relações estabelecidas e a importância das políticas públicas nos seus percursos formativos.

(...) eu sei que eu quero a área da saúde, que é uma área que eu sempre gostei, desde pequena. Aí eu vou, tipo, fazer algum vestibular na área da saúde e seguir. (Estudante 1)

Quando eu terminar o Ife. Não sei para onde que eu vou, mas espero que eu esteja na faculdade. (Estudante 2)

(...) eu espero passar na faculdade direto ou então na prova militar, quero fazer. (Estudante 3)

Eu acho que eu consigo um emprego com o que eu estou aprendendo aqui. (...) eu queria muito trabalhar na prefeitura com o curso, fazer um concurso. Eu queria trabalhar aqui. Eu gosto muito da cidade, sabe? (Estudante 4)

Ah, eu quero fazer uma faculdade, arquitetura. (...) eu tenho vontade de fazer arquitetura, mas enquanto eu vou tá fazendo arquitetura, eu já vou querer tá estudando para fazer uma outra prova que eu quero fazer, pra mim tentar conseguir passar. É pra aeronáutica. (Estudante 5)

Os relatos até aqui discutidos apontam para o potencial emancipador das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil. Articuladas à dimensão humana e afetiva da educação, não contribuem apenas com a conclusão de etapas escolares na EPT. Mas também com um percurso formativo integral, comprometido com a construção do sujeito que se reconhece como sujeito de direitos, de saberes e de futuros possíveis. As ações institucionais devem garantir não apenas a presença dos corpos negros, mas também o reconhecimento de seus saberes, histórias e potências, visando contribuir com a justiça racial.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

Debater nesta pesquisa as políticas de ações afirmativas e assistência estudantil é uma escolha política de valorização das lutas e resistências da população negra na sociedade brasileira. Por isso, foi elaborado um almanaque intitulado *Ene-grecendo a Educação Profissional e Tecnológica*, como proposta de produto educacional vinculado à pesquisa, para ser uma ferramenta formativa e política sobre as discussões em torno das ações afirmativas e assistência estudantil.

Com o material produzido, pretende-se não somente cumprir o requisito deste mestrado e entregar um produto educacional. Pretende-se ainda transformar a pesquisa em prática social, a fim de fomentar no leitor uma reflexão crítica sobre a temática discutida e inspirar novos olhares e entendimentos que contribuam para o fortalecimento das atividades existentes e proposição de novas ações de permanência de estudantes negras e negros nos cursos integrados do Instituto Federal Sudeste MG.

Além disso, o almanaque foi produzido para ser um instrumento educativo, de valorização das identidades, assim como de reconhecimento das lutas, trajetórias e a resistência da população negra frente ao contexto imposto pelo racismo estrutural. Com as contribuições analíticas de Santos (1998) sobre território, compreende-se que a educação representa um território simbólico no qual cruzam dimensões materiais, afetivas, históricas e culturais. Desse modo, o almanaque *Ene-grecendo a Educação Profissional e Tecnológica* é um instrumento para mostrar a presença negra no território do Instituto Federal e reafirmar o pertencimento e a legitimidade desses sujeitos nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica.

O formato de almanaque foi escolhido em razão da sua característica interativa, acessível e diversa, que facilita o diálogo entre texto, imagem, música, memórias e reflexões. As páginas do produto educacional buscam valorizar o protagonismo dos movimentos da população negra e sua importância para compreender como políticas públicas foram construídas e implementadas no país, a fim de reduzir desigualdades, tanto no acesso à educação quanto no serviço público federal. Também é debatido o processo histórico de formação da identidade negra, marcado pela violência da escravização e pela persistência do racismo estrutural, mas igualmente atravessado por resistências, lutas e conquistas que moldam o presente e impulsionam um futuro de igualdade racial.

O almanaque apresenta ainda biografias de pessoas negras que, com coragem, resistência e luta, dedicaram suas vidas ao combate ao racismo e pela defesa de políticas públicas de igualdade racial. São exemplos para reconhecer e valorizar a memória coletiva, assim como podem inspirar novos atores políticos a reconhecerem-se como sujeitos da transformação social.

Assim, com este material pretende-se provocar reflexão crítica, transmitir informações sobre as relações sociorraciais no Brasil e promover o fortalecimento da identidade de estudantes negras e negros. Também é um aceno a esse público, para o compromisso coletivo com uma educação profissional e tecnológica antirracista, inclusiva e comprometida com uma mudança social. O produto educacional pode ser compartilhado com estudantes e trabalhadores do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei, assim como apresentado à comunidade externa em escolas, movimentos sociais e outros. Poderá ser usado em ações de valorização da cultura negra e vivência dos sujeitos, da importância de políticas públicas na redução de desigualdades, de promoção dos processos seletivos para ingressantes no instituto, entre outras ações.

### **6.1 Avaliação do produto educacional**

Nesta seção serão apresentados os resultados da avaliação do produto educacional. O almanaque *Enegrecendo a Educação Profissional e Tecnológica* foi compartilhado com os participantes da pesquisa por um link enviado para o e-mail dos estudantes. Além disso, elaborou-se um questionário pelo *Google Forms* com o propósito de coletar a opinião dos leitores, de forma anônima, e, assim, avaliar se esse produto educacional alcançou os objetivos propostos. O link do questionário também foi encaminhado por e-mail aos estudantes.

O questionário contou com seis perguntas: três objetivas de múltipla escolha e três abertas para os leitores expressarem as opiniões com mais liberdade. Ao todo, foram registradas sete respostas as quais serão apresentadas a seguir.

Para a primeira pergunta, 100% dos participantes avaliaram o almanaque como ótimo. Na segunda pergunta todos também consideraram ótima a qualidade técnica do almanaque (imagens, elementos gráficos, linguagem, conteúdo).

Em relação ao questionamento acerca da possibilidade de compreender qual é o objetivo do almanaque, 100% disseram que foi possível compreender os

objetivos do produto educacional. Além disso, dois participantes realizaram comentários sobre a pergunta:

Sim, eu achei o almanaque muito bem construído tanto em termos de conteúdo quanto em termos estéticos, está fácil de compreender o objetivo e conteúdo, também gostei dos textos e das citações de autores como Conceição Evaristo (...).

Deu pra compreender sim, tava tudo bem organizado e bem explicado.

Para a quarta pergunta “A temática abordada sobre racismo torna o conteúdo relevante para a promoção das ações afirmativas e assistência estudantil para ingresso e permanência de pessoas negras no Instituto Federal Sudeste MG, no campus São João del-Rei?”, seis declararam ótimo e um declarou bom. Quando indagado quais conceitos abordados o leitor tem interesse em conhecer mais, foram registradas as seguintes opiniões:

Tive interesse em ler os autores citados no trabalho. Nós devemos ler autores que ocupam outro lugar na história e nos trazem perspectivas diferentes das narrativas dominantes que consumimos até os dias atuais.

Ah, todos!!!!

A história da criação das ações afirmativas e cotas.

Política de cotas.

Sobre as consequências.

Sociabilidade.

Não seria um conceito, mas sim um tema: Políticas institucionais exitosas nas IFES de Ações Afirmativas.

Por último foi deixado um espaço para os leitores registrarem comentários sobre o almanaque, as perguntas ou outros apontamentos que considerassem importantes. Seguem abaixo os comentários expressados:

(...) A história sempre foi contada pelos detentores do poder. Estamos vivenciando uma outra perspectiva de narrativa para a formação do povo brasileiro que inclui pessoas negras em papéis importantes. O trabalho contribui para esse novo olhar (...).

Gostei muito (...) vai ajudar muitas pessoas!

Trabalho bonito e relevante!

Sensacional esse material! (...) Irá contribuir muito para uma maior reflexão acerca das políticas afirmativas (...), especialmente no que se refere a comunidade acadêmica negra.

Gostei demais da estética inspirada na cultura negra presente no layout do produto educacional.

Tentou-se com o produto educacional provocar reflexões críticas nos leitores, assim como ser um material educativo, político, de valorização e reconhecimento das lutas do povo negro. Também é uma ferramenta que resgata a memória, as histórias e as vozes daqueles que contribuíram e contribuem para uma educação pública mais justa, plural e emancipatória.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como as ações afirmativas e a assistência estudantil contribuem para o percurso formativo de estudantes negras e negros dos cursos integrados do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei. Ao longo deste estudo foi possível compreender que o acesso e a permanência desses estudantes no ambiente escolar são atravessados por fatores históricos, sociais e raciais. A partir disso, pretendeu-se refletir sobre o papel das ações afirmativas e assistência estudantil na garantia do direito à educação, na valorização das trajetórias, no reconhecimento da presença de pessoas negras nesse ambiente, assim como na construção do sentimento de pertencimento ao IF Sudeste MG.

Os resultados da investigação indicam que as políticas em questão são instrumentos efetivos para o combate ao racismo e às desigualdades sociorraciais que, historicamente, estruturam a sociedade brasileira. Nos relatos dos participantes da pesquisa, há reconhecimento da importância das ações afirmativas e assistência estudantil para ingresso e permanência na educação federal. Os estudantes valorizam a oportunidade do acesso à educação do instituto e naquele território tem a possibilidade de fortalecer suas identidades, criar laços e a possibilidade de existência em um ambiente que é marcado por práticas e discursos excludentes.

Com as análises teórica e dos dados, percebeu-se que a articulação das ações afirmativas com a assistência estudantil possibilita ir além da função compensatória das políticas. Elas se tornam estratégias de mudança institucional, abrindo caminhos para reflexão da comunidade interna sobre as práticas pedagógicas, os currículos, as formas de gestão e, ainda, de acolher os estudantes. Nesse processo, as ações institucionais devem garantir não apenas o direito ao acesso, mas também o direito a presença dos corpos negros com dignidade, reconhecendo os seus saberes, histórias e potências, visando contribuir com a justiça racial.

Durante a entrevista individual, ficou evidente que o racismo continua no cotidiano do espaço escolar. Nesse sentido, é essencial a instituição se comprometer ética e politicamente com uma formação antirracista, pois enfrentar esse cenário requer uma mudança cultural que reconheça a importância das relações étnico-raciais para a construção de uma educação profissional e tecnológica mais inclusiva e em conformidade com uma formação integrada.

O estudo demonstra que a presença de estudantes negras e negros na EPT é fruto de lutas históricas, coletivas, realizadas por movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, assim como por outros atores como professores e intelectuais que defendem a justiça racial. Nesse contexto, a história de cada estudante é um ato político de resistência, que desafia o racismo institucional e sinaliza para a possibilidade de um ambiente escolar mais diverso, plural e acolhedor.

Nesse sentido, foi elaborado um almanaque como produto educacional com o intuito de fomentar reflexões nos leitores, de proporcionar um material educativo e político. Com o almanaque, buscou-se realizar um resgate histórico das lutas do povo negro por políticas públicas que promovessem equidade no acesso a direitos. Destaca-se assim as ações afirmativas e a assistência estudantil como políticas públicas que visam reduzir desigualdades a grupos historicamente excluídos. Além disso, o produto educacional apresenta figuras importantes das lutas, resistências, de promoção e valorização da identidade e cultura negra.

Ao longo desta pesquisa, procurou-se destacar a importância de compreender a educação como um espaço de disputas de ideias e sentidos. Desse modo, é essencial combater o racismo, valorizar a identidade negra, resgatar a memória das lutas, da história e cultura do povo negro como parte fundamental da formação de cada sujeito. Nesse sentido, as ações afirmativas e a assistência estudantil são ferramentas importantes para promover mudanças nesse cenário.

De modo teórico e político, tentou-se demonstrar que o fortalecimento das políticas em tela demanda a articulação entre elas, com acompanhamento ativo das ações empreendidas e dos resultados alcançados. Outro ponto é a necessidade da discussão permanente com a comunidade escolar sobre os impactos das ações afirmativas e assistência estudantil na perspectiva da formação integrada, comprometida com uma formação humana e emancipada. Para tanto, sugere-se que a instituição crie oportunidades também para escuta dos estudantes, assim como lhes ofereça condições de participação ativa nesse contexto, promovendo práticas educativas que valorizem a diversidade racial como um princípio fundamental tanto na formação quanto na construção do conhecimento.

Sugere-se como um possível estudo a investigação sobre os recursos financeiros destinados à assistência estudantil. Outra lacuna é em relação a participação dos estudantes negros em espaços institucionais de decisão. Também é importante investigar como os trabalhadores compreendem o racismo estrutural,

institucional e a formação integrada. Outra proposição de pesquisa é analisar os possíveis motivos pelos quais sobram vagas de ação afirmativa racial para ingresso no ensino médio integrado.

Por fim, ao entender o percurso formativo de estudantes negras e negros no ensino médio integrado, fica evidente que valorizar a presença negra na educação profissional e tecnológica é um ato ético, político e de resistência que contribui para a construção de uma sociedade mais justa. É reconhecer que a presença de estudantes negras e negros na EPT estimula mudanças na forma de ensinar, aprender e de ver o mundo – no passado, presente e futuro – construindo uma educação acolhedora e que celebra a diversidade como representação de diferentes identidades, culturas e perspectivas. Nessa direção, o almanaque pode ser um dos instrumentos a ser utilizado de forma contínua, como fonte de conteúdo informativo e político. Outras edições ou volumes colaborarão para a permanência do diálogo com a realidade institucional, assim como para fomentar o debate sobre diversidade, equidade racial e formas de contribuir para a consolidação da EPT como um território de acolhimento, pertencimento e direito à educação para todas e todos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARRETO, Raquel. **Uma pensadora brasileira.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/elia-gonzalez-perfil/>. Acessado em 29 out. 2025.

BELLO, Luiz. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em 11 out. 2025.

BEZERRA, Nilton Xavier; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. NEABI: um espaço de decolonialidade para potencializar a formação humana integral no IFRN. **Caminhos para diversidade: relações de gênero e étnico-raciais na educação**, João Pessoa, v. 2, p.225-248, 2024. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2592/Caminhos%20para%20diversidade%20-%20Volume%20II%20%28Rela%3%a7%3%b5es%20de%20g%3%aa-nero%20e%20%3%a9tnico-raciais%20na%20educa%3%a7%3%a3o%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BORGES, Alex Rodrigues. **Ações afirmativas em EPT na era das notícias falsas: a lei de cotas no contexto do IFMG.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifmg.edu.br/items/b73dfc8e-6163-445f-89db-543c6212e7fa/full>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU); Ouvidoria-Geral da União (OGU); Ministério da Igualdade Racial (MIR); Consultoria e Educação em Diversidade e Inclusão (TREE); Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura (OEI). **Cartilha Educando para as Relações Étnico-Raciais.** [S. l.]: CGU, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/eventos/cursos\\_educacao\\_etnico\\_racial/cartilha-educando-para-as-relacoes-etnico-raciais.pdf](https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/eventos/cursos_educacao_etnico_racial/cartilha-educando-para-as-relacoes-etnico-raciais.pdf). Acesso em 25 out. 25.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil** (n. 48, 2. ed., Rio de Janeiro, 2022). Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/confest\\_e\\_confego/pesquisa\\_trabalhos/arquivosPDF/M255\\_02.pdf](https://www.ibge.gov.br/confest_e_confego/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M255_02.pdf). Acesso em: 06 out. de 2023.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta.** 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Atera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Atera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei 14.914, de 03 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm). Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-julho-de-2024-575696390>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **Senador Abdias Nascimento, uma vida dedicada à luta contra o racismo.** 78 ed. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senador-abdias-nascimento-uma-vida-dedicada-a-luta-contra-o-racismo>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASILEIRO, Alda Magaly Martins. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos.** 1.ed. São Paulo: Atlas. 2016, p.46.

CASTRO, Luciana Laudaes de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil sob a perspectiva discente:** estudo no IF Sudeste MG campus São João del-Rei. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, 2022.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERNANDES, Michele de Souza dos Santos. Grupo de discussão e entrevista coletiva: a construção de dispositivos metodológicos em uma pesquisa discursiva. **Revista**

**Abehache.** n.1, p.186 – 206, 2014. Disponível em: <https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/155/154>. Acesso em: 7 nov. de 2023.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Almanaque Pedagógico 2024: Projeto Memória Lélia Gonzalez.** [S. l.]: Fundação Banco do Brasil, 2024. Disponível em: <https://projetolediagonzalez.com.br/site/wp-content/uploads/2024/06/Almanaque-Pedagogico-2024-Projeto-Memoria-Lelia-Gonzalez.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 137p.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Direitos Humanos, diversidades e Educação. In: **9 Seminário Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente; IV Simpósio Educação, Formação e Trabalho.** Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/1UQiuPbpw1o>. Acesso em: 05 mai. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375p. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em 26 nov. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** Filhos da África, p.54 -111, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 3, p. 103-133.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. Apoio ao discente. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/institucional/pro-reitorias/ensino/apoio-ao-discente>. Acesso em 03 de out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. Campus São João del-Rei. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sjdr/institucional/o-campus>. Acesso em: 07 nov. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. Carta de Serviços ao Cidadão Campus São João del-Rei. São João del-Rei, 2024. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-cidadao-campus-sjdr-2024.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. Edital nº 13/2025, de 28 de março de 2025. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/editais/sjdr/assistencia-estudantil/processo-de-selecao-para-o-programa-de-assistencia-estudantil-pae-do-if-sudeste-mg-campus-sao-joao-del-rei/edital-no-13-2025-programa-de-assistencia-estudantil-pae.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2025.

LIMA, Fábio Fernando; BASTOS, Liliana Cabral. Entre a análise crítica do discurso e a análise da narrativa: gênero e desigualdades sociais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/26581>. Acesso em: 24 out. 2024.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/60815562/Analise%20de%20conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *et al.* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 81p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2004.

MORAIS, Graciele Rocha. **Avaliação da assistência estudantil e a permanência de estudantes cotistas raciais do ensino técnico integrado do instituto federal de minas gerais - campus Governador Valadares**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12875>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MORTADA, Samir Pérez. Tempo e resistência: Ecléa e o método em psicologia social. **SciELO**, São Paulo, 2022. v.33, p.1-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/s4G56ZdXyFDcjKQX3yhtkrh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. de 2023.

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação docente na educação profissional. Curitiba, v. 3, p. 13-32, 2014. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/326/Trabalho%20e%20Formacao%20Docente%20-%20livro%20IFPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago.2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4ed Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2ed. São Paulo: Global, 2016.

NETO, Vital. Candidatos negros recebem em média 47% menos verbas dos partidos do que brancos, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/candidatos-negros-recebem-em-media-47-menos-verbas-dos-partidos-do-que-brancos/>. Acesso em: 18 out. de 2023.

OLIVEIRA, Elida. Acesso de negros a escolas cresceu na última década, mas ensino da cultura e história afro-brasileira ainda é desafio. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/acesso-de-negros-a-escolas-cresceu-na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml>. Acesso em: 14 jun. de 2023.

PIRES, Márcia Gardênia Lustosa; SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; FERNANDES, Edilene Monteiro. Educação, cultura e arte na formação dos jovens: tecendo histórias e memórias do quilombo santa rosa. **Caminhos para diversidade: relações de gênero e étnico-raciais na educação**, João Pessoa, v. 2, p.139-156, 2024. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2592/Caminhos%20para%20diversidade%20-%20Volume%20II%20%28Rela%20%20a7%20%20b5es%20de%20g%20%20a%20e%20%20%20a9tnico-raciais%20na%20educa%20%20a7%20%20a3o%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba, v. 5, p. 84-95, 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcgldefindmkaj/https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

RODRIGUES, Ermita. de Souza Santos.; RAMOS, Bruna Sola da Silva. **Adentrando uma moradia estudantil feminina : opressão e desumanização no contexto de estudantes pobres**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 9, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665690>. Acesso em: 03 set. 2025.

SANTOS, Marlene Oliveira dos. **Formação continuada e professores de escolas comunitárias: sentidos do percurso formativo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço e o cidadão**. 7. ed. São Paulo: Nobel, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p.11-16.

SILVA, Aline Patrícia da; BEZERRA, Ana Cristina Pinto; CUNHA, Lucifrance Figueiredo da. Escrivivências e produções artísticas no ensino médio: o encontro das artes visuais com os contos de Conceição Evaristo e Cristiane Sobral. **Caminhos para diversidade: relações de gênero e étnico-raciais na educação**, João Pessoa, v. 2, p.177-200, 2024. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2592/Caminhos%20para%20diversidade%20-%20Volume%20II%20%28Rela%20%20a7%20%20b5es%20de%20g%20%20a%20e%20%20%20a9tnico-raciais%20na%20educa%20%20a7%20%20a3o%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, Joaquina Aparecida Nobre da; BARBOSA, Maria Flávia Pereira. Ações Afirmativas no IFNMG – Relato de experiências. **Revista da ABPN**, Curitiba, v.13, n.37, p. 619-635, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1272/1204>. Acesso em: 16 abr. 2024.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. O colapso do orçamento da educação e a urgência em romper a austeridade. **Diretoras da UNE, Paulinha Silva e Sofia Cartaxo, falam sobre a disputa do orçamento público e a luta contra o asfixiamento das universidades e institutos federais.** São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/o-colapso-do-orcamento-da-educacao-e-a-urgencia-em-romper-a-austeridade>. Acesso em: 30 out. 2025.

VILAÇA, Márcia Margarida. **A construção da identidade étnico-racial de estudantes do ensino médio integrado na educação profissional e tecnológica.** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, 2024.

**APÊNDICE A - Roteiro do Questionário Socioeconômico**

1. Qual é a sua idade (em anos completos)? \_\_\_\_\_
2. Qual é a sua identidade de gênero?
  - Mulher cisgênera
  - Homem cisgênero
  - Mulher transexual
  - Homem transexual
  - Não binário
  - Travesti
  - Outro: \_\_\_\_\_
  - Prefiro não declarar
3. Qual é a sua orientação sexual?
  - Heterossexual
  - Homossexual
  - Bissexual
  - Assexual
  - Pansexual
  - Outro: \_\_\_\_\_
  - Prefiro não declarar
4. Qual é o seu pertencimento étnico-racial?
  - Amarela
  - Branca
  - Preto/Parda (negro)
  - Indígena
  - Não consigo identificar ou definir minha cor ou raça
  - Prefiro não declarar
5. Qual é o seu estado civil?
  - Casada/o
  - Solteira/o
  - Divorciada/o
  - Viúva/o
  - Outro: \_\_\_\_\_
  - Prefiro não declarar
6. Você nasceu na cidade onde estuda? Se não, em qual cidade você nasceu?
7. Quem é o seu responsável? Pode marcar mais de uma opção, se for o caso.
  - Avô
  - Avó
  - Irmão
  - Mãe
  - Pai
  - Tia

- Tio
  - Outro (s). Qual (s)? \_\_\_\_\_
  - Prefiro não declarar
8. Qual é (são) o(s) pertencimento(s) étnico-racial do(s) seu(s) responsável(s)?  
Pode marcar mais de uma opção, caso haja mais de um responsável.
- Amarela
  - Branca
  - Preto/Pardo (Negro)
  - Indígena
  - Meu responsável não consegue identificar ou definir sua cor ou raça
  - Prefiro não declarar
9. Qual é a escolaridade do seu responsável? Marque a escolaridade e escreva o grau de parentesco do seu responsável na frente da escolaridade correspondente.
- Ensino Fundamental incompleto
  - Ensino Fundamental completo
  - Ensino Médio incompleto
  - Ensino médio completo
  - Curso Superior incompleto
  - Curso Superior completo
  - Pós-graduação incompleta
  - Pós-graduação completa
  - Não estudou
  - Prefiro não declarar
10. Qual é a renda total da sua família?
- Até meio salário-mínimo (R\$ 759,00)
  - Acima de meio até um salário-mínimo (R\$ 759,01 até R\$ 1.518,00)
  - Acima de um salário-mínimo até dois salários (R\$ 1.518,01 até R\$ 3.036,00)
  - Acima de dois salários-mínimos até três salários (R\$ 3.036,01 até R\$ 4.554,00)
  - Acima de três salários-mínimos até quatro salários (R\$ 4.554,01 até R\$ 6.072,00)
  - Acima de quatro salários-mínimos até cinco salários (R\$ 6.072,00 até R\$ 7.590,00)
  - Acima de 5 salários-mínimos (R\$ 7.590,01)
  - Prefiro não declarar
11. Qual foi a cota que você ingressou no Instituto Federal?
- Cota para egresso de escola pública independente de renda
  - Cota para egresso de escola pública com renda mensal familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita
  - Cota para egresso de escola pública autodeclarado preto, pardo ou indígena independente da renda familiar
  - Cota para egresso de escola pública autodeclarado preto, pardo ou indígena, com renda mensal familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita

- Prefiro não declarar
12. Você recebe algum auxílio financeiro da política de assistência estudantil?
- Sim. Valor? R\$ \_\_\_\_\_
- Não. Por qual motivo? \_\_\_\_\_
- Prefiro não declarar
13. Qual foi a sua trajetória de formação até chegar no Instituto Federal?
14. Você aceitaria participar de uma entrevista a ser marcada em horário e local específicos com você?
15. Deixe aqui o seu contato:
- Telefone (WhatsApp): \_\_\_\_\_
- E-mail: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B - Roteiro da Entrevista Individual

- 1) O que você compreende como racismo?
- 2) De acordo com Almeida (2023) “o racismo não é um ato, não é um evento, mas um processo. Assim, ele constitui uma complexidade de ações, ou omissões, de atos de fato, que têm como consequência, e resultado fundamental, a criação da raça. O racismo, portanto, cria a raça, ele cria esse elemento que vai ser utilizado para classificar e dar sentido para a vida dos indivíduos. É a partir dos contextos históricos e políticos que a raça tem efeitos. Assim, esse processo de constituição de raça que conhecemos hoje funciona como um elemento de diferenciação dentro de um universo controverso em que a igualdade formal é dada.”

Assim sendo, responda: há situações que você e/ou seus familiares vivenciaram que considera como racismo ou expressão de racismo? O que você pensa sobre políticas públicas destinadas a pessoas negras, como é o caso das ações afirmativas?
- 3) Você já teve aula de história e cultura dos países africanos? Se sim, o que você se lembra dessa aula?
- 4) Você considera que as ações afirmativas e a assistência estudantil contribuíram para você ter novas percepções de mundo?
- 5) Nestes anos de sua formação, o que você aprendeu sobre ter acesso à educação profissional e tecnológica?
- 6) O conceito sobre pertencimento engloba as dimensões social, corporal e existencial (atrelado à afetividade). Considerando esta última, Rosa (2023) afirma que “pertencimento é aquela percepção de alguém fazer parte de uma comunidade, de uma família, de um grupo, de uma nação. Ele está muito ligado ao reconhecimento e a como um cidadão tem respeitadas a sua dignidade, a sua cultura, e as suas diferenças”. Assim sendo, você tem pertencimento com o que aprendeu com os seus pais e outros familiares e com o conhecimento adquirido no IF? Como você relaciona isso?
- 7) Outro conceito importante para a conversa proposta nesta entrevista é acerca de território. Conforme Silva *et al* (2016), “é possível definir o território, portanto, na perspectiva atual, como um recorte ou espectro do espaço geográfico definido por e a partir de relações de poder, controle, MUNDO DO TRABALHO Revista Pegada – vol. 17 n.1 53 Julho/2016 apropriação e uso, sendo que essas relações são definidas em termos políticos, institucionais, em termos econômicos e culturais (...) O conceito de território decorre da relação socioespacial e do ponto de vista metodológico, pode ser apreendido em perspectivas multiescalares e interescares, seja em termos subjetivos, locais, regionais, nacionais e globais, desde que considere as lógicas de comando dos fluxos que o definem, entrecruzando normas globais com as normas locais.”

Assim, a partir dos conhecimentos que você possui sobre o assunto, indaga-se: o que você sentiu quando saiu do seu território, lugar de pertencimento, identidade cultural e de valores próprios, e foi para um território novo no Instituto Federal (IF)?

- 8) Qual lugar você sente que é o seu território?

- 9) Você se sentiu acolhido quando chegou no Instituto Federal (IF)?
- 10) A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi importante para sua formação e compreensão desse processo vivido na sociedade brasileira para a afirmação da sua identidade? Se sim, de que modo?
- 11) Você acha que pode contribuir para que outras pessoas negras também possam estudar no IF e conhecer as ações afirmativas e assistência estudantil? Como?
- 12) Quais são as expectativas para o futuro, quando concluir o curso?

## APÊNDICE C - Questionário de Avaliação do Produto Educacional

A partir da pesquisa intitulada Percursos Formativos de Estudantes Negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica foi criada um vídeo de animação como produto educacional. A intenção desse produto educacional é provocar reflexão na comunidade interna e externa ao Instituto com a temática do racismo, visando ao fortalecimento de ações de promoção ao acesso e permanência de estudantes negras e negros na educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, torna-se necessário verificar a validade e relevância do produto educacional no sentido de atingimento do objetivo proposto junto ao público para o qual foi destinado: estudantes do Instituto Federal.

Disponibilizo este instrumento de avaliação para que você possa identificar as possíveis contribuições, os pontos de melhoria e as limitações do produto educacional proposto, no intuito de validar sua adequação ao atingimento do objetivo.

### Questionário

- 1) De forma geral, como você avalia o almanaque?
  - Péssimo
  - Ruim
  - Regular
  - Bom
  - Ótimo
- 2) Como você avalia a qualidade técnica do almanaque (imagens, elementos gráficos, linguagem, conteúdo):
  - Péssimo
  - Ruim
  - Regular
  - Bom
  - Ótimo
- 3) Foi possível compreender qual é o objetivo do almanaque?
  - Sim
  - Não. Por quê?

---

---

---

4) A temática abordada sobre racismo torna o conteúdo relevante para a promoção das ações afirmativas e assistência estudantil para ingresso e permanência de pessoas negras no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, no campus de estudo?

- Péssimo
- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo

5) Dentre os conceitos abordados, qual você teria interesse em conhecer mais?

---

---

6) Deixe aqui seus comentários. Se deseja realizar comentários sobre algum dos questionamentos anteriores, utilize também este espaço.

---

---

## APÊNDICE D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Para participantes)

Você foi convidado (a) para ser voluntário(a) a participar da pesquisa: Percursos Formativos de Estudantes Negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.

Essa pesquisa se justifica por contribuir com o debate acerca das ações afirmativas e a assistência estudantil e a importância delas para estudantes negras/os concluírem o ensino médio integrado do IFSudeste de Minas Gerais, *campus* São João del-Rei.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o percurso formativo de estudantes negras/os do ensino médio integrado do IFSudeste de Minas Gerais, em São João Del Rei, a partir de suas experiências e narrativas, refletindo sobre a importância das políticas de ação afirmativa e da assistência estudantil para seu ingresso e permanência nessa instituição federal de ensino.

Os procedimentos de coleta de dados serão: responder a um questionário socioeconômico e participar de uma entrevista individual. O link para acessar o questionário socioeconômico será enviado para o seu e-mail (ou o questionário pode ser entregue impresso se você solicitar pelos contatos disponíveis no final deste termo) e leva até 15 minutos para respondê-lo. Além disso, haverá uma entrevista estruturada, que ocorrerá de forma individual em sala com iluminação e ventilação confortável, disponibilizada no *campus* do IF Sudeste, em São João del-Rei, no formato presencial, com realização de gravação de voz, para posterior transcrição do conteúdo na íntegra. O tempo estimado para a realização da entrevista é de até 1h20 (uma hora e vinte minutos) e será agendada previamente via e-mail, de acordo com a sua disponibilidade.

**FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA, BENEFÍCIOS E RISCOS:** Esta pesquisa possui os seguintes benefícios: reflexão crítica acerca das relações étnico-raciais, do racismo e da construção da identidade racial na sociedade brasileira; ampliação de conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil no contexto brasileiro; construção de caminhos para uma educação antirracista, visando a leitura e inferência da realidade que o cerca. Além disso, verifica-se ainda que a presente pesquisa, por meio dos resultados a serem alcançados, contribuirá com a literatura, proporcionando uma fonte válida de conhecimento acerca das questões raciais na Educação Profissional e Tecnológica. Outro benefício da pesquisa é a elaboração e publicização de um produto educacional, que será um vídeo para divulgar as políticas de ação afirmativa e assistência estudantil, a fim de evidenciar a importância dessas ações para o percurso formativo dos estudantes negros/as. Tal pesquisa também tem como objetivo a formação humana integral dos estudantes.

É importante esclarecer que esta pesquisa poderá apresentar possíveis riscos implicados na sua participação, tais como: presença do sentimento de medo de não saber responder as perguntas do questionário socioeconômico e da entrevista individual; receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista individual; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto ao responder as questões apresentadas no questionário socioeconômico e na entrevista individual; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Diante disso, foram elaboradas algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: garantia de um espaço reservado para os momentos da entrevista individual, em sala fechada, com luz adequada, com oferecimento de água e café, propiciando assim acolhimento, privacidade e conforto para que se sinta à vontade para prestar as informações que embasarão o estudo; possibilidade de pausa ou interrupção, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso você não queira responder alguma(s) pergunta(s) que gerem qualquer tipo de desconforto, seja do questionário socioeconômico ou da entrevista individual; em qualquer momento, poderá ser solicitada a interrupção da gravação da entrevista individual; realização de escuta atenta de suas respostas; assistência psicológica integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em casos de danos decorrentes da pesquisa, sendo eles diretos ou indiretos, ainda que imediatos ou tardios.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão descartados de maneira ecologicamente correta.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais no telefone (31) 2513-5249, ou pelo e-mail: [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) ou comigo, Cristiana, pelo telefone: (32) 98874-3715, ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br).

**ARMAZENAMENTO DE DADOS:** os questionários e as entrevistas, tanto a transcrição quanto a gravação de voz, serão armazenados em HD externo com arquivos protegidos por senha. Somente terão acesso a estes arquivos a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:** o (a) participante será esclarecido (as) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. É livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. As pesquisadoras irão tratar a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. O participante não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com as pesquisadoras e outra será fornecida a você.

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:** a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A pesquisadora, Cristiana Jorge, certifica-me de que todos os dados desta pesquisa são confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar a pesquisadora citada acima nos contatos: (32) 98874-3715 ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br). Ou o CEP/IFMG no e-mail [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) e telefone (31) 2513 5249.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.  
(Local) (dia) (mês)

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

## APÊNDICE E - Termo de Autorização para uso de Voz

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ

(Para participantes)

**Título do projeto:** Percursos Formativos de Estudantes Negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.

**Pesquisadoras:** Cristiana Jorge

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heleniara Amorim Moura

Objetivo principal: compreender o percurso formativo de estudantes negras/os do ensino médio integrado do IFSudeste de Minas Gerais, em São João Del Rei, a partir de suas experiências e narrativas, refletindo sobre a importância das políticas de ação afirmativa e da assistência estudantil para seu ingresso e permanência nessa instituição federal de ensino.

Eu, \_\_\_\_\_  
participante voluntário do projeto acima descrito, de nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº

\_\_\_\_\_ inscrito (a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente à Av./Rua \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_ acima descrito, AUTORIZO a GRAVAÇÃO e USO de VOZ da entrevista individual para ser utilizada no projeto de pesquisa e analisadas pelas pesquisadoras acima citadas.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da voz da seguinte forma: para fins de transcrição da entrevista individual na íntegra, a fim de auxiliar e garantir a confiabilidade dos dados analisados. As informações obtidas serão utilizadas em apresentação em congressos, assim como para fins de publicações e divulgações acadêmicas ou periódicos científicos. Porém, dados pessoais como nome, número de documentos, e similares, não devem ser identificados. O material utilizado ficará sob a responsabilidade exclusiva das pesquisadoras e sob sua guarda, entretanto me resguardo o direito de retirar a qualquer momento a minha autorização.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha voz ou a qualquer outro.

Nome do participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Telefone para contato do participante: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail do participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.  
(Local) (dia) (mês)

## APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ

(Para responsáveis legais)

**Título do projeto:** Percursos Formativos de Estudantes Negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.

**Pesquisadoras:** Cristiana Jorge

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heleniara Amorim Moura

Objetivo principal: compreender o percurso formativo de estudantes negras/os do ensino médio integrado do IFSudeste de Minas Gerais, em São João Del Rei, a partir de suas experiências e narrativas, refletindo sobre a importância das políticas de ação afirmativa e da assistência estudantil para seu ingresso e permanência nessa instituição federal de ensino.

Eu, \_\_\_\_\_, de nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_ residente à \_\_\_\_\_ Av./Rua \_\_\_\_\_, idade de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, responsável pelo (a) discente \_\_\_\_\_,

participante do projeto acima descrito AUTORIZO a GRAVAÇÃO e o USO de VOZ da entrevista individual para ser utilizada no projeto de pesquisa e analisadas pelas pesquisadoras acima citadas.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da voz da seguinte forma: para fins de transcrição da entrevista individual na íntegra, a fim de auxiliar e garantir a confiabilidade dos dados analisados. As informações obtidas serão utilizadas em apresentação em congressos, assim como para fins de publicações e divulgações acadêmicas ou periódicos científicos. Porém, dados pessoais como nome, número de documentos, e similares, não devem ser identificados. O material utilizado ficará sob a responsabilidade exclusiva das pesquisadoras e sob sua guarda, entretanto me resguardo o direito de retirar a qualquer momento a minha autorização.

Poderá ser colhida a digital no local da assinatura, seguida de cópia de documento de identidade, se houver, no caso de pais ou responsáveis impossibilitados de assinarem. Poderá ser solicitada à pesquisadora, nos contatos disponíveis abaixo, a leitura deste termo por ligação ou a gravação da leitura enviada por Whatsapp.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e voz ou a qualquer outro.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

Telefone para contato: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_.

E-mail do responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

(Local)

(dia)

(mês)

## APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Para responsáveis legais)

Você, responsável pelo (a) \_\_\_\_\_, que está sendo convidado (a) para ser voluntário(a) a participar da pesquisa: Percursos Formativos de Estudantes Negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.

Essa pesquisa se justifica por contribuir com o debate acerca das ações afirmativas e a assistência estudantil e a importância delas para estudantes negras/os concluírem o ensino médio integrado do IF Sudeste de Minas Gerais, *campus* São João del-Rei.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o percurso formativo de estudantes negras/os do ensino médio integrado do IF Sudeste de Minas Gerais, em São João Del Rei, a partir de suas experiências e narrativas, refletindo sobre a importância das políticas de ação afirmativa e da assistência estudantil para seu ingresso e permanência nessa instituição federal de ensino.

Os procedimentos de coleta de dados serão: responder a um questionário socioeconômico e participar de uma entrevista individual. O link para acessar o questionário socioeconômico será enviado para o seu e-mail (ou o questionário pode ser entregue impresso se você solicitar pelos contatos disponíveis no final deste termo) e leva até 15 minutos para respondê-lo. Além disso, haverá uma entrevista estruturada, que ocorrerá de forma individual em sala com iluminação e ventilação confortável, disponibilizada no *campus* do IF Sudeste, em São João del-Rei, no formato presencial, com realização de gravação de voz, para posterior transcrição do conteúdo na íntegra. O tempo estimado para a realização da entrevista é de até 1h20 (uma hora e vinte minutos) e será agendada previamente via e-mail, de acordo com a sua disponibilidade.

**FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA, BENEFÍCIOS E RISCOS:** Esta pesquisa possui os seguintes benefícios: reflexão crítica acerca das relações étnico-raciais, do racismo e da construção da identidade racial na sociedade brasileira; ampliação de conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil no contexto brasileiro; construção de caminhos para uma educação antirracista, visando a leitura e inferência da realidade que o cerca. Além disso, verifica-se ainda que a presente pesquisa, por meio dos resultados a serem alcançados, contribuirá com a literatura, proporcionando uma fonte válida de conhecimento acerca das questões raciais na Educação Profissional e Tecnológica. Outro benefício da pesquisa é a elaboração e publicização de um produto educacional, que será um vídeo para divulgar as políticas de ação afirmativa e assistência estudantil, a fim de evidenciar a importância dessas ações para o percurso formativo dos estudantes negros/as. Tal pesquisa também tem como objetivo contribuir com a formação humana integral dos estudantes.

É importante esclarecer que esta pesquisa poderá apresentar possíveis riscos implicados na sua participação, tais como: presença do sentimento de medo de não saber responder as perguntas do questionário socioeconômico e da entrevista individual; receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista individual; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto ao responder as questões apresentadas no questionário socioeconômico e na entrevista individual; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Diante disso, foram elaboradas algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: garantia de um espaço reservado para os momentos da entrevista individual, em sala fechada, com

luz adequada, com oferecimento de água e lanche, propiciando assim acolhimento, privacidade e conforto para que se sinta à vontade para prestar as informações que embasarão o estudo; possibilidade de pausa ou interrupção, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso você não queira responder alguma(s) pergunta(s) que gere qualquer tipo de desconforto, seja do questionário socioeconômico ou da entrevista individual; em qualquer momento, poderá ser solicitada a interrupção da gravação da entrevista individual; realização de escuta atenta de suas respostas; assistência psicológica integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em casos de danos decorrentes da pesquisa, sendo eles diretos ou indiretos, ainda que imediatos ou tardios.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão descartados de maneira ecologicamente correta.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais no telefone (31) 2513-5249, ou pelo e-mail: [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) ou comigo, Cristiana, pelo telefone: (32) 98874-3715, ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br).

**ARMAZENAMENTO DE DADOS:** os questionários e as entrevistas, tanto a transcrição quanto a gravação de voz, serão armazenados em HD externo com arquivos protegidos por senha. Somente terão acesso a estes arquivos a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:** o (a) participante será esclarecido (as) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. É livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. As pesquisadoras irão tratar a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. O participante não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com as pesquisadoras e outra será fornecida a você.

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:** a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Poderá ser colhida a digital no local da assinatura, seguida de cópia de documento de identidade, se houver, no caso de pais ou responsáveis impossibilitados de assinarem. Poderá ser solicitada à pesquisadora, nos contatos disponíveis abaixo, a leitura deste termo por ligação ou a gravação da leitura enviada por Whatsapp.

Eu, \_\_\_\_\_,  
responsável pela (o) estudante \_\_\_\_\_,  
declaro que fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A pesquisadora, Cristiana Jorge, certifica-me de que todos os dados desta pesquisa são confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar a pesquisadora citada acima nos contatos: (32) 98874-3715 ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br).

Ou o CEP/IFMG no e-mail [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) e telefone (31) 2513 5249.

Declaro que autorizo a participação do(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ nesse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento  
livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da (o) responsável pela (o) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.  
(Local) (dia) (mês)

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

## Apêndice H - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Para participantes)

Você foi convidado (a) para ser voluntário(a) a participar da pesquisa: Percursos Formativos de Estudantes Negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.

Essa pesquisa se justifica por contribuir com o debate acerca das ações afirmativas e a assistência estudantil e a importância delas para estudantes negros/os concluírem o ensino médio integrado do IFSudeste de Minas Gerais, *campus* São João del-Rei.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o percurso formativo de estudantes negros/os do ensino médio integrado do IFSudeste de Minas Gerais, em São João Del Rei, a partir de suas experiências e narrativas, refletindo sobre a importância das políticas de ação afirmativa e da assistência estudantil para seu ingresso e permanência nessa instituição federal de ensino.

Os procedimentos de coleta de dados serão: responder a um questionário socioeconômico e participar de uma entrevista individual. O link para acessar o questionário socioeconômico será enviado para o seu e-mail (ou o questionário pode ser entregue impresso se você solicitar pelos contatos disponíveis no final deste termo) e leva até 15 minutos para respondê-lo. Além disso, haverá uma entrevista estruturada, que ocorrerá de forma individual em sala com iluminação e ventilação confortável, disponibilizada no *campus* do IF Sudeste, em São João del-Rei, no formato presencial, com realização de gravação de voz, para posterior transcrição do conteúdo na íntegra. O tempo estimado para a realização da entrevista é de até 1h20 (uma hora e vinte minutos) e será agendada previamente via e-mail, de acordo com a sua disponibilidade.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA, BENEFÍCIOS E RISCOS: Esta pesquisa possui os seguintes benefícios: reflexão crítica acerca das relações étnico-raciais, do racismo e da construção da identidade racial na sociedade brasileira; ampliação de conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil no contexto brasileiro; construção de caminhos para uma educação antirracista, visando a leitura e inferência da realidade que o cerca. Além disso, verifica-se ainda que a presente pesquisa, por meio dos resultados a serem alcançados, contribuirá com a literatura, proporcionando uma fonte válida de conhecimento acerca das questões raciais na Educação Profissional e Tecnológica. Outro benefício da pesquisa é a elaboração e publicização de um produto educacional, que será um vídeo para divulgar as políticas de ação afirmativa e assistência estudantil, a fim de evidenciar a importância dessas ações para o percurso formativo dos estudantes negros/as. Tal pesquisa também tem como objetivo a formação humana integral dos estudantes.

É importante esclarecer que esta pesquisa poderá apresentar possíveis riscos implicados na sua participação, tais como: presença do sentimento de medo de não saber responder as perguntas do questionário socioeconômico e da entrevista individual; receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista individual; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto ao responder as questões apresentadas no questionário socioeconômico e na entrevista individual; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Diante disso, foram elaboradas algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: garantia de um espaço reservado para os momentos da entrevista individual, em sala fechada, com luz adequada, com oferecimento de água e café, propiciando assim acolhimento, privacidade e conforto para que se sinta à vontade para prestar as informações que embasarão o estudo; possibilidade de pausa ou interrupção, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso você não queira responder alguma(s) pergunta(s) que gerem qualquer tipo de desconforto, seja do questionário socioeconômico ou da entrevista individual; em qualquer momento, poderá ser solicitada a interrupção da gravação da entrevista individual; realização de escuta atenta de suas respostas; assistência psicológica integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em casos de danos decorrentes da pesquisa, sendo eles diretos ou indiretos, ainda que imediatos ou tardios.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão descartados de maneira ecologicamente correta.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais no telefone (31) 2513-5249, ou pelo e-mail: [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) ou comigo, Cristiana, pelo telefone: (32) 98874-3715, ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br).

**ARMAZENAMENTO DE DADOS:** os questionários e as entrevistas, tanto a transcrição quanto a gravação de voz, serão armazenados em HD externo com arquivos protegidos por senha. Somente terão acesso a estes arquivos a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:** o (a) participante será esclarecido (as) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. É livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. As pesquisadoras irão tratar a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. O participante não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com as pesquisadoras e outra será fornecida a você.

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:** a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A pesquisadora, Cristiana Jorge, certifica-me de que todos os dados desta pesquisa são confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar a pesquisadora citada acima nos contatos: (32) 98874-3715 ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br). Ou o CEP/IFMG no e-mail [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) e telefone (31) 2513 5249.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

## APÊNDICE I - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Para responsáveis legais)

Você, responsável pelo (a) \_\_\_\_\_, que está sendo convidado (a) para ser voluntário(a) a participar da pesquisa: Percursos Formativos de Estudantes Negros/as: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.

Essa pesquisa se justifica por contribuir com o debate acerca das ações afirmativas e a assistência estudantil e a importância delas para estudantes negras/os concluírem o ensino médio integrado do IF Sudeste de Minas Gerais, *campus* São João del-Rei.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o percurso formativo de estudantes negras/os do ensino médio integrado do IF Sudeste de Minas Gerais, em São João Del Rei, a partir de suas experiências e narrativas, refletindo sobre a importância das políticas de ação afirmativa e da assistência estudantil para seu ingresso e permanência nessa instituição federal de ensino.

Os procedimentos de coleta de dados serão: responder a um questionário socioeconômico e participar de uma entrevista individual. O link para acessar o questionário socioeconômico será enviado para o seu e-mail (ou o questionário pode ser entregue impresso se você solicitar pelos contatos disponíveis no final deste termo) e leva até 15 minutos para respondê-lo. Além disso, haverá uma entrevista estruturada, que ocorrerá de forma individual em sala com iluminação e ventilação confortável, disponibilizada no *campus* do IF Sudeste, em São João del-Rei, no formato presencial, com realização de gravação de voz, para posterior transcrição do conteúdo na íntegra. O tempo estimado para a realização da entrevista é de até 1h20 (uma hora e vinte minutos) e será agendada previamente via e-mail, de acordo com a sua disponibilidade.

**FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA, BENEFÍCIOS E RISCOS:** Esta pesquisa possui os seguintes benefícios: reflexão crítica acerca das relações étnico-raciais, do racismo e da construção da identidade racial na sociedade brasileira; ampliação de conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil no contexto brasileiro; construção de caminhos para uma educação antirracista, visando a leitura e inferência da realidade que o cerca. Além disso, verifica-se ainda que a presente pesquisa, por meio dos resultados a serem alcançados, contribuirá com a literatura, proporcionando uma fonte válida de conhecimento acerca das questões raciais na Educação Profissional e Tecnológica. Outro benefício da pesquisa é a elaboração e publicização de um produto educacional, que será um vídeo para divulgar as políticas de ação afirmativa e assistência estudantil, a fim de evidenciar a importância dessas ações para o percurso formativo dos estudantes negros/as. Tal pesquisa também tem como objetivo contribuir com a formação humana integral dos estudantes.

É importante esclarecer que esta pesquisa poderá apresentar possíveis riscos implicados na sua participação, tais como: presença do sentimento de medo de não saber responder as perguntas do questionário socioeconômico e da entrevista individual; receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista individual; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto ao responder as questões apresentadas no questionário socioeconômico e na entrevista individual; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Diante disso, foram elaboradas algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: garantia de um espaço reservado para os momentos da entrevista individual, em sala fechada, com luz adequada, com oferecimento de água e lanche, propiciando assim acolhimento, privacidade e conforto para que se sinta à vontade para prestar as informações que embasarão o estudo; possibilidade de pausa ou interrupção, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso você não queira responder alguma(s) pergunta(s) que gere qualquer tipo de desconforto, seja do questionário socioeconômico ou da entrevista individual; em qualquer momento, poderá ser solicitada a interrupção da gravação da entrevista individual; realização de escuta atenta de suas respostas;

assistência psicológica integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em casos de danos decorrentes da pesquisa, sendo eles diretos ou indiretos, ainda que imediatos ou tardios.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão descartados de maneira ecologicamente correta.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais no telefone (31) 2513-5249, ou pelo e-mail: [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) ou comigo, Cristiana, pelo telefone: (32) 98874-3715, ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br).

**ARMAZENAMENTO DE DADOS:** os questionários e as entrevistas, tanto a transcrição quanto a gravação de voz, serão armazenados em HD externo com arquivos protegidos por senha. Somente terão acesso a estes arquivos a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, será descartado.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:** o (a) participante será esclarecido (as) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. É livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. As pesquisadoras irão tratar a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo. O nome ou o material que indique o participante não será liberado sem a sua permissão. O participante não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com as pesquisadoras e outra será fornecida a você.

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:** a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Poderá ser colhida a digital no local da assinatura, seguida de cópia de documento de identidade, se houver, no caso de pais ou responsáveis impossibilitados de assinarem. Poderá ser solicitada à pesquisadora, nos contatos disponíveis abaixo, a leitura deste termo por ligação ou a gravação da leitura enviada por Whatsapp.

Eu, \_\_\_\_\_,  
responsável pela (o) estudante \_\_\_\_\_,  
declaro que fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A pesquisadora, Cristiana Jorge, certifica-me de que todos os dados desta pesquisa são confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar a pesquisadora citada acima nos contatos: (32) 98874-3715 ou pelo e-mail: [cristianajorge@ufsj.edu.br](mailto:cristianajorge@ufsj.edu.br). Ou o CEP/IFMG no e-mail [cepe@ifmg.edu.br](mailto:cepe@ifmg.edu.br) e telefone (31) 2513 5249.  
Declaro que autorizo a participação do(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ nesse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da (o) responsável pela (o) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.  
(Local) (dia) (mês)

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.